

UFRRJ
INSTITUTO DE AGRONOMIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO
AGRÍCOLA

DISSERTAÇÃO

DIAGNÓSTICO DAS AÇÕES DOS EGRESSOS DA EAFC NA
ATIVIDADE SUINÍCOLA NOS ASSENTAMENTOS RURAIS
DO NORDESTE PARAENSE

FRANCISCO EDINALDO FEITOSA ARAÚJO

2010



**UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO
INSTITUTO DE AGRONOMIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO AGRÍCOLA**

**DIAGNÓSTICO DAS AÇÕES DOS EGRESSOS DA EAFC NA
ATIVIDADE SUINÍCOLA NOS ASSENTAMENTOS RURAIS DO
NORDESTE PARAENSE**

FRANCISCO EDINALDO FEITOSA ARAÚJO

*Sob a orientação do Professor
Antonio Assis Vieira*

Dissertação submetida como requisito parcial para obtenção do grau de **Mestre em Ciências**, no Programa de Pós-Graduação em Educação Agrícola, Área de Concentração em Educação Agrícola.

**Seropédica, RJ
Dezembro 2010**

630.7

A663d

T

Araújo, Francisco Edinaldo Feitosa, 1960-
Diagnóstico das ações dos egressos da
EAFC na atividade suinícola nos
assentamentos rurais do nordeste paraense /
Francisco Edinaldo Feitosa Araújo - 2010.
84 f. : il.

Orientador: Antonio Assis Vieira.
Dissertação (mestrado) - Universidade
Federal Rural do Rio de Janeiro, Curso de
Pós-Graduação em Educação Agrícola.
Bibliografia: f. 01-84.

1. Ensino agrícola - Teses. 2.
Agricultura familiar - Teses. 3. Educação
rural - Assentamento - Teses. 4. Ensino -
Metodologia - Teses. I. Vieira, Antonio
Assis, 1958-. II. Universidade Federal
Rural do Rio de Janeiro. Curso de Pós-
Graduação em Educação Agrícola. III.
Título.

Bibliotecário: _____

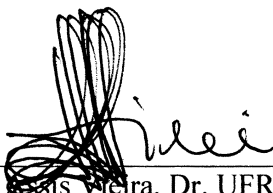
Data: ____/____/____

**UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO
INSTITUTO DE AGRONOMIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO AGRÍCOLA**

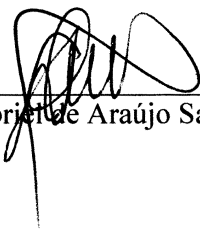
FRANCISCO EDINALDO FEITOSA ARAÚJO

Dissertação submetida como requisito parcial para obtenção do grau de **Mestre em Ciências**, no Programa de Pós-Graduação em Educação Agrícola, Área de Concentração em Educação Agrícola.

DISSERTAÇÃO APROVADA EM 30 de setembro de 2011.



Antonio Reis Vieira, Dr. UFRRJ



Gabriel de Araújo Santos, Dr. UFRRJ



Julien Chiquieri, Dr. UFES – CEUNES

DEDICATÓRIA

A Deus por ter proporcionado este momento de engrandecimento profissional em minha vida.

Aos meus filhos Sâmia Renata e Anderson Miguel, pela compreensão e incentivo dedicados ao nosso trabalho.

À minha companheira Ioneide Teixeira pelos incentivos e cobranças na finalização dessa jornada.

Aos meus Pais Miguel Guedes e Zilda Feitosa por acreditarem que só através da educação poderiam proporcionar oportunidades de vida melhores para nossa família.

Aos meus irmãos Selma Guedes, Domauro, Rita Célia, Andre Neto, Edinalva, Ronaldo, Reginalva e Aglayrton, todos bravos lutadores oriundos da agricultura familiar, que acreditaram na educação como forma de crescimento e de consolidação da família.

*"Se a educação sozinha não
transforma a sociedade, sem ela,
tampouco, a sociedade muda".*

Paulo Freire

AGRADECIMENTOS

Ao iniciar os nossos agradecimentos gostaria de fazer uma reflexão, de como é possível alcançar os nossos objetivos.

Quando labutava em nossos primeiros passos em direção aos estudos, diziam que filho de agricultor não precisava estudar, porque a escola não tinha sido feita para este segmento da sociedade.

E nós superamos estes paradigmas e concluímos o 2º Grau à época. Quando manifestávamos o sonho de ingressar em uma Universidade Pública, afirmavam que esta não era para filhos de agricultores. Mais uma vez, superamos este paradigma e chegamos à Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, por cuja filosofia adotada, de chegar aos mais longínquos rincões deste imenso País oportunizando aos menos favorecidos, tenho o mais profundo respeito.

Afirmamos que, sem esta política adotada pela UFRRJ, jamais teríamos adentrado uma universidade pública de qualidade.

Portanto, meus agradecimentos se expressam, de uma forma singular e com profundo respeito, aos educadores que acreditam que a transformação da sociedade passa pela educação. Estes abnegados educadores me ajudaram de uma forma decisiva na conclusão deste trabalho e, sem eles, possivelmente não teríamos chegado ao objetivo pretendido.

Nominá-los aqui é uma singela maneira de agradecimentos por todo o apoio despendido por estes valorosos companheiros, que não mediram esforços para nos apoiar nesta empreitada. Gostaria que a ordem não fosse compreendida em grau de importância aos agradecimentos destes majestosos profissionais:

Ao nosso Orientador Professor Antonio Assis Vieira, pela atenção dispensada na construção deste trabalho.

Ao Professor Cícero Paulo Ferreira, primeiro incentivador deste Projeto de Mestrado, que doou sua experiência para implantação de um Pólo aqui em nossa Instituição, por quem eu tenho um profundo respeito e gratidão pela ajuda e preocupação na finalização de nossa jornada.

Ao Professor Gabriel Sousa e à Professora Sandra Sanchez, pela visão na construção de um projeto de capacitação tão importante para a consolidação da educação da Rede Federal.

Ao Professor Arnaldo Pantoja, companheiro de turma, por quem eu tenho um profundo respeito, pelo incentivo e zelo sempre que contribuiu conosco.

Ao Professor Fernando Favacho e Romier Souza, por suas orientações; sem elas, o projeto não teria a finalização que teve, buscando a inserção de temas pouco compreendidos nos meios acadêmicos e da ciência. Falar da suinocultura na agricultura familiar é um desafio, em um contexto de economia globalizada; mas é possível construir um novo cenário acadêmico, mesmo na perspectiva de setor historicamente desassistido.

À Professora Gleice Izaura, que teve a perspicácia de fazer um brilhante resgate histórico do ensino agrícola, que hoje serve de base para muitas consultas de pesquisas para vários temas nesta área, e que muito contribuiu com suas orientações despretensiosas para a realização de nosso projeto.

À Professora Jacqueline Freire, pelo cuidado que despendeu a este trabalho, orientando, incentivando, ajudando e que, sem sua contribuição, certamente, não teríamos consolidado esta etapa.

Ao Professor João Tavares, pelo zelo e incentivos que nos proporcionou à frente da Instituição, cuidando desta nas nossas ausências e incentivando-nos em cada etapa do curso.

Ao Professor Luis Nery, pelas palavras de incentivo e sempre colocando-se à disposição para nos ajudar.

A todos os funcionários do PPGEA, em especial ao Nilson Brito de Carvalho, pela atenção e o cuidado frente às demandas do programa; e também pela acolhida que sempre tem nos proporcionado.

Aos Técnicos da COODERSUS e aos Servidores da Escola Agrotécnica Federal de Castanhal (EAFC), a quem dedicamos este trabalho.

A EAFC por ter-me oportunizado participar do Programa do PPGEA, disponibilizando as condições necessárias na execução do Curso.

RESUMO

ARAÚJO, Francisco Edinaldo Feitosa. **Diagnóstico das Ações dos Egressos da EAFC na Atividade Suinícola nos Assentamentos Rurais do Nordeste Paraense**. 2010. 69f. Dissertação (Mestrado em Educação Agrícola). Instituto de Agronomia, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica, RJ, 2010.

Esta pesquisa foi realizada com os egressos do curso técnico em agropecuária da Escola Agrotécnica Federal de Castanhal, Pará — EAFC —, que atuam em assentamentos da reforma agrária no Nordeste Paraense, tendo como objetivos: diagnosticar a ação dos egressos da EAFC sobre a suinocultura praticada nestes assentamentos; analisar a concepção norteadora do processo formativo dos cursos técnicos com ênfase na suinocultura; identificar se a atuação dos egressos da EAFC favorece a difusão de conhecimentos na atividade suinícola nos assentamentos da reforma agrária. Elegeu-se o estudo de caso, no escopo da pesquisa qualitativa, como o enfoque mais adequado ao processo investigativo, recorrendo-se, como procedimentos, aplicação de questionário e entrevista, bem como a análise documental, fundamental para o processo. A documentação temática foi organizada, sobretudo, a partir de pesquisa na internet, em sítios especializados na discussão do desenvolvimento rural. A pesquisa bibliográfica priorizou a consulta de livros e/ou trabalhos acadêmicos como Teses de Doutorado e Dissertações de Mestrado relacionados ao tema. O estudo de fichas de acompanhamento e controle técnico das unidades familiares, relatórios, se constituíram, nesse processo, também em importantes recursos de análise. A formação dos egressos foi analisada a partir de três elementos principais: o nível de ensino, de formação, o tempo de formado como Técnico Agropecuário e a qualificação profissional, em termos de formação continuada. Os egressos da EAFC com atividade de assistência técnica em suinocultura nos Assentamentos Rurais do Nordeste Paraense detêm a informação sobre a atividade da suinocultura desconectada da realidade da agricultura familiar, havendo a necessidade de ressignificação do currículo, de repensar os espaços pedagógicos dos setores de pesquisa e produção, bem como também fazê-lo com o processo de ensino e aprendizagem.

Palavras-chave: Agricultura familiar, assentamentos rurais, educação agrícola, ensino de suinocultura, metodologia de ensino.

ABSTRACT

ARAÚJO, Francisco Edinaldo Feitosa. **Diagnosis of EAFC students' action in swine activity in rural settlements in the northeast of Pará.** 2010.69p. Dissertation (Master degree in Agricultural Education). Agronomy Institute, Federal University of Rio de Janeiro, Seropédica, RJ, 2010.

This research was conducted with the students from the technical course in agriculture Agrotechnical Federal School in Castanhal, Pará - EAFC - who work in agrarian reform settlements in Northeast of Pará, they have as objectives: to diagnose the action of the EAFC students about the swine practiced in these settlements, to analyze the guideline for the training process of technical courses with emphasis on swine, identify whether the performance of EAFC students favors the dissemination of knowledge in swine activity in agrarian reform settlements. It was chosen a case study, in the scope of qualitative research, as the most appropriate approach to the investigative process, by reference, it was used questionnaires and interviews, as well as document analysis, fundamental to the process. The documentation issue was organized mainly from research on the Internet at specialized sites in the discussion of rural development. The bibliographical research has prioritized the reading of books and/or academic papers and doctoral theses and Master's dissertations related to the topic. The study of monitoring reports, technical control of the family units and reports were used in the process as important analysis resources. The students' training was analyzed based on three main elements: the level of education, the training, the time formed as Agricultural Technician and the professional qualification, in terms of continuous education. The EAFC students with service activity in pig farming in the rural settlements in Northeast of Pará hold information on the swine activity disconnected from the reality of family farming, so it is necessary to reframe the curriculum, to rethink the teaching spaces of research and production sectors, as well as the teaching and learning process.

Key words: Familiar agriculture, rural settlements, farming education, swine activity teaching, teaching methodology.

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Relação dos Patronatos Agrícolas Fundados no Brasil.....	6
Quadro 2 – Detalhamento dos Ciclos e Cursos de Formação Estabelecido na LOEA	12
Quadro 3 – A Organização da Instituição após a LDB N° 4024/61.....	16
Quadro 4 – Desenho Curricular do Curso Colegial Agrícola	17
Quadro 5 – De Patronato Agrícola Manoel Barata a Colégio Agrícola Manoel Barata: sistematização das Mudanças e Permanências	18
Quadro 6 – Componentes Curriculares das Habilitações do Curso Técnico em Agropecuária	19
Quadro 7 – Dados do Plano de Desenvolvimento Institucional do IFPA. Com os números/meta de alunos por ano por curso.	22
Quadro 8 - Caracterização dos Assentamentos Rurais no Nordeste Paraense.....	29
Quadro 9. Matriz de Análise do Questionário	38
Quadro 10 – Orientações dos Técnicos aos Produtores Rurais Descritas no Questionário	51
Quadro 11 - Competências do Curso Técnico Agrícola com Habilitação em Zootecnia e Agropecuária da EAFC no período 1997 a 2004.	54

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Gênero dos Sujeitos da Pesquisa	40
Gráfico 2 – Nível de Formação dos Egressos da EAFC sujeitos da pesquisa.....	41
Gráfico 3 – Tempo de formação como Técnico em Agropecuária	42
Gráfico 4 – Cursos de Qualificação na Área Agropecuária	42
Gráfico 5 – Tempo de Atuação Profissional como Técnico em Agropecuária	43
Gráfico 6 – Tempo de Atuação na Extensão Rural	44
Gráfico 7 – Contribuição do Conhecimento sobre Suínos no Exercício Profissional como Extensionista.....	47
Gráfico 8 – Relação de Aprendizagem entre Técnicos e os Produtores Familiares.....	49
Gráfico 9 – Relação entre Tipo de Criação e Tamanho da Propriedade	52

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Ilustração 1 – Antiga Escola Agrotécnica em Outeiro.....	3
Ilustração 2 e 3: Dependências do Patronato Agrícola Manoel Barata Outeiro-PA.....	8
Ilustração 4. Unidade Educativa de Produção da EAFC-PA.	21
Ilustração 5 – Municípios do Território Nordeste Paraense e Localização do Território no Estado	34
Ilustração 6. Grupo Fundador da COODERSUS.....	35
Ilustração 7. Visita à COODERSUS e aos Assentamentos Rurais	37

LISTA DE ABREVIACÕES

EAFC	Escola Agrotécnica Federal de Castanhal
EAFA	Escola Agrotécnica Federal de Araguatins
FPEC	Fórum Paraense de Educação do Campo
VBP	Valor Bruto da Produção
PRONAF	Programa Nacional de Apoio à Agricultura Familiar
FETRAF	Federação dos Trabalhadores da Agricultura Familiar
FETRAGRI	Federação dos Trabalhadores da Agricultura
STR	Sindicato dos Trabalhadores Rurais
MST	Movimento dos Sem Terras
ATERS	Assistência Técnica, Extensão Rural e Social
MAIC	Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio
AA	Aprendizado Agrícola
PAs	Patronatos Agrícolas
DDE	Departamento de Desenvolvimento Educacional
MÊS	Ministério da Educação e Saúde
LOEA	Lei Orgânica do Ensino Agrícola
SAM	Serviço de Assistência ao Menor
SEA	Superintendência do Ensino Agrícola
CBAR	Comissão Brasileiro-Americana de Educação das Populações Rurais
LDB	Lei de Diretrizes e Bases
SEF	Sistema de Escola Fazenda
UEP	Unidade Educativa de Produção
COAGRI	Coordenação Nacional do Ensino Agrícola
SETEC	Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
CEFET	Centro Federal de Educação Tecnológica
EAFM	Escola Agrotécnica Federal de Marabá
INCRA	Instituto Nacional de Colonização na Reforma Agrária
FAO	Organização das Nações Unidas de Apoio para Agricultura e Alimentação
PIB	Produto Interno Bruto
MDA	Ministério do Desenvolvimento Agrário
FANEP	Fundação Sócio-Ambiental do Nordeste Paraense

PRONERA	Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária
SUDAM	Superintendência do Desenvolvimento Amazônia
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia Estatística
COODERSUS	Cooperativa de Prestação de Serviços em Apoio ao Desenvolvimento Rural Sustentável
UFPA	Universidade Federal do Pará
UFRA	Universidade Federal Rural da Amazônia
BB	Banco do Brasil
BASA	Banco da Amazônia
FAPIC	Federação de Apicultura do Pará
ATES	Assistência Técnica Social e Ambiental
PA	Projeto de Assentamento
CNE	Conselho Nacional de Educação
PPGEA	Programa de Pós-Graduação em Educação Agrícola

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	1
2	REFERENCIAL TEÓRICO	3
2.1	Educação Agrícola na EAFC: Elementos-síntese da Contextualização Histórica à Realidade Atual	3
2.2	Assentamentos Rurais no Nordeste Paraense: Caracterização e Elementos da Dinâmica da Agricultura Familiar na Mesorregião	23
2.2.1	Os Assentamentos rurais e a reforma agrária no Brasil: apontamentos reflexivos.	23
2.2.2	Agricultura familiar e os assentamentos rurais no Pará	25
2.3	Suinocultura no Brasil e no Pará	30
3	METODOLOGIA.....	34
3.1	Caracterização Geral do Local de Estudo.....	34
3.2	Identificação do Público Alvo	35
3.2.1	A experiência da COODERSUS: elementos contextuais.....	36
3.3	Instrumentais da Pesquisa e Procedimentos Metodológicos	36
4	RESULTADOS E DISCUSSÃO ATIVIDADE SUINÍCOLA NOS ASSENTAMENTOS RURAIS NO NORDESTE PARAENSE; A PRÁXIS DOS TÉCNICOS EM AGROPECUÁRIA EGRESSOS DA EAFC	40
4.1	Formação dos Egressos	40
4.1.1	Nível acadêmico de formação	40
4.1.2	Tempo de formação	41
4.1.3	Formação continuada.....	42
4.2	Extensão Rural: A Atuação dos Técnicos em Agropecuária, Egressos da EAFC ...	43
4.3	Conhecimentos Apreendidos e a Formação Profissional	47
4.4	Assistência Técnica: Diálogo de Saberes no Exercício Profissional.....	48
4.5	Atividade Produtiva da Suinocultura nos Assentamentos	49
4.6	Concepção Norteadora do Processo Formativo: Análise dos Planos de Curso a Partir da Formação Específica em Suinocultura.....	53
5	CONCLUSÃO.....	56
6	REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.	58
7	APÊNDICES	64
	Apêndice I – Questionário	65
	Apêndice II – Equipe Técnica	67
	Apêndice III - Quantidade de PA’S ou Comunidades Atendidas Atualmente.....	69

1 INTRODUÇÃO

A Escola Agrotécnica Federal de Castanhal – PA foi fundada em 1º de dezembro de 1921, na ilha de Caratateua (Outeiro- PA) como Patronato Agrícola Manoel Barata, autorizada pelo o decreto Nº 15.149. O nome *Manoel Barata* foi dado em homenagem ao político abolicionista e republicano Manoel de Mello Cardoso Barata, que nasceu em 4 de agosto de 1841 e faleceu alguns anos antes de o Patronato Agrícola ser fundado, em 13 de outubro de 1916.

Desde a sua fundação até junho de 1972, a EAFC foi sediada em Outeiro e teve diferentes denominações: Aprendizado Agrícola do Pará, Escola de Iniciação Agrícola Manoel Barata, Escola de Mestria Agrícola Manoel Barata, Ginásio Agrícola Manoel Barata e Colégio Agrícola Manoel Barata.

A mudança para Castanhal – PA foi autorizada pelo o Decreto Federal Nº 70.688, de junho de 1972. A cerimônia de inauguração aconteceu no dia 22 de junho de 1972. A EAFC chegou ao Município de Castanhal ainda com a denominação de Colégio Agrícola Manoel Barata, e somente quando foi promulgado o Decreto Nº 83.935, de 04 /09/1979, seu nome foi alterado para Escola Agrotécnica Federal de Castanhal – PA, conforme previsto no Art. 1º deste Decreto¹.

Ao longo de sua história, tem-se constatado que os educandos que ingressam na Escola Agrotécnica, na sua grande maioria, são filhos de agricultores, tendo sua origem na agricultura familiar. Nesse processo, percebeu-se que a suinocultura desenvolvia-se de forma rudimentar, sem a perspectiva de um caráter profissional e tecnologicamente racional, não sendo considerada, até então, uma atividade economicamente viável e nem tampouco atrativa, comparando-se com outras atividades básicas exploradas na região, a exemplo, a produção de bovinos. A produção das propriedades agrícolas, quando ocorria, era somente para subsistência.

Com o passar do tempo, no entanto, foi-se evidenciando que os educandos passavam a compreender a importância da atividade suinícola. Neste contexto, a contradição é que a Escola Agrotécnica Federal de Castanhal - Pará, EAFC-PA, trabalhava numa visão academicista, utilizando unidade educativa de produção como um modelo voltado para o sistema de produção empresarial. Assim, a formação era descontextualizada da dinâmica da agricultura familiar em nível loco-regional. Tal processo de desenraizamento inquietava-nos profundamente, considerando-se que os educandos, ao retornarem para seus estabelecimentos familiares, tinham dificuldades de implementar a atividade nos moldes em que estava configurado, tampouco podendo contribuir eficientemente no ensino nos moldes dos quais estes produtores tinham necessidade.

Nos anos recentes, início dos anos 2000, mais precisamente a partir de 2004 até os dias atuais, houve um significativo aumento na demanda por vagas na EAFC para os filhos dos agricultores procedentes de assentamentos rurais, e uma maior inserção institucional na dinâmica da agricultura familiar no Pará, em particular na mesorregião em que a EAFC se situa: o Nordeste paraense.

A participação efetiva da EAFC na construção e consolidação do Fórum Paraense de Educação do Campo (FPEC), principalmente a partir de 2006; parcerias com Entidades e Movimentos Sociais do campo, a exemplo da Federação dos Trabalhadores na Agricultura

¹ Este texto, com breve histórico, foi extraído da página eletrônica oficial da Instituição disponível em <www.castanhal.ifpa.edu.br> . Acesso em 09/10/2011. Assessoria de Comunicação do IFPA – Campus Castanhal - ASCOM

Familiar (FETRAF), Federação dos Trabalhadores da Agricultura (FETAGRI) Sindicatos dos Rurais (STR), Movimento dos Sem Terras (MST); foram instigando reflexões sobre o perfil profissional dos egressos e sobre as concepções norteadoras do processo formativo dos Cursos Técnicos ofertados na EAFC.

A EAFC, ao longo de sua trajetória, vem formando profissionais que atuam diretamente no processo produtivo e/ou de assistência técnica, extensão rural e social das famílias rurais, sendo estas de assentamentos ou não. Desta forma, a Instituição participa significativamente de forma direta e indireta do processo educacional, produtivo, político e social dessas famílias.

A suinocultura se mostra como uma alternativa de fonte de alimento, de renda e de melhoria da qualidade de vida na agricultura familiar paraense. No entanto, percebe-se a necessidade de analisar junto às famílias rurais, seja como produtor ou agente de assistência técnica, extensão rural e social (ATERS), as ações que vêm sendo desenvolvidas por egressos da EAFC - PA.

As reflexões derivadas da experiência profissional e do processo formativo de Técnicos instigaram-nos a investigar a questão da atuação dos egressos e sua interface com a formação profissional dinamizada na EAFC, referenciados em duas questões principais, ora sintetizadas: *como se configura a atuação dos egressos da EAFC na atividade suinícola nos assentamentos rurais do Nordeste Paraense? Qual a concepção norteadora da formação dos Técnicos Agropecuários, no que se refere à atividade suinícola na EAFC?*

Os objetivos da pesquisa podem ser assim sintetizados:

- ✓ Diagnosticar a ação dos egressos da EAFC sobre a suinocultura praticada em assentamentos da reforma agrária do Nordeste paraense;
- ✓ Analisar a concepção norteadora do processo formativo dos Cursos Técnicos com ênfase na suinocultura;
- ✓ Identificar se a atuação dos egressos da EAFC favorece a difusão de conhecimentos na atividade suinícola nos assentamentos da reforma agrária do Nordeste paraense;
- ✓ Contribuir para a ressignificação curricular dos Cursos da EAFC com ênfase na suinocultura.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 Educação Agrícola na EAFC: Elementos-síntese da Contextualização Histórica à Realidade Atual

A Escola Agrotécnica Federal de Castanhal (EAFC), no Pará, é uma referência histórica na Educação Agrícola no Estado. Fundada em 01º de dezembro de 1921, por meio do Decreto Nº. 15.149, foi instalada inicialmente na Ilha de Caratateua, mais conhecida como Outeiro, na condição de Patronato Agrícola Manoel Barata.

A Ilha de Caratateua, situada em Belém, capital do Estado, abrigou o Patronato por cinco décadas, tempo este em que foram designados vários nomes à Instituição, quais sejam: Aprendizado Agrícola do Pará, Escola de Iniciação Agrícola Manoel Barata, Escola de Mestria Agrícola Manoel Barata, Ginásio Agrícola Manoel Barata e Colégio Agrícola Manoel Barata. No dizer de Nascimento (s/d, p. 1) ao analisar o Ensino Agrícola em Sergipe:

A denominação pouco importa. Em oitenta anos, a instituição foi Patronato, Aprendizado, Escola de Iniciação Agrícola, Escola Agrícola, Colégio e Escola Agrotécnica. No imaginário ficou a marca do Aprendizado. É este o nome que a memória reconhece e que o imaginário entende como espaço capaz de regenerar o mais rebelde dos adolescentes e recuperá-lo para a vida produtiva do campo e o convívio social (NASCIMENTO, s/d, p. 1).

O nome da Escola é uma homenagem a um político das elites amazônicas pertencente ao Partido Republicano — Manoel de Melo Cardoso Barata (Década de 1920) —, um militante defensor do regime republicano. Reconhecidamente como estudioso sobre a Amazônia, publicou diversos trabalhos.

A Ilustração 1 retrata a antiga Escola Agrotécnica no Outeiro.



Ilustração 1 – Antiga Escola Agrotécnica em Outeiro

Fonte: www.castanhal.ifpa.edu.br

A fundação da Escola no Pará situa-se num contexto histórico cunhado de República Velha ou Primeira República, temporalmente situada entre 1889 a 1930, de acordo com Fausto (2002). A República no Brasil assumiu uma configuração política baseada no regime federativo, cuja primeira Constituição Republicana, de 1891, foi inspirada no modelo norte-americano, fortemente influenciado pelo liberalismo.

O processo de disputa entre diversos segmentos políticos e sociais era evidente naquele contexto, marcado ainda pela diversidade de forças e grupos regionais, que disputavam a hegemonia econômica, social e política no país. Fausto (2002, p. 150) afirma que:

A Primeira República é conhecida, no senso comum, como época do “café com leite”. A frase exprime a idéia de que uma aliança entre São Paulo (café) e Minas Gerais (leite) comandou, no período, a política nacional. A realidade, porém, é mais diversificada...

Na análise do autor, as relações políticas, naquele contexto, também tinham uma forte presença das oligarquias. É afirmado por Fausto (2002, p. 149) que:

É comum denominar a Primeira República “república dos coronéis”, em uma referência aos coronéis da antiga Guarda Nacional, que eram em sua maioria proprietários rurais, com uma base local de poder. O coronelismo representou uma variante de uma relação sociopolítica mais geral – o clientelismo –, existente tanto no campo quanto nas cidades. Essa relação resultava da desigualdade social, da impossibilidade de os cidadãos efetivarem seus direitos, da precariedade ou inexistência de serviços assistenciais do Estado, da inexistência de uma carreira no serviço público. Todas essas características vinham dos tempos da Colônia, mas a República criou condições para que os chefes políticos locais concentrassem maior soma de poder (FAUSTO, 2002, p. 149).

Na obra de Werneck Sodré (1962) – Formação Histórica do Brasil – a tese central defendida é a de que o embate econômico, político e social estava centrado na polarização de dois setores: o latifúndio, o agrário, em que predominam relações semi-feudais, pré-capitalistas; e o urbano-industrial, que originou e expandiu a burguesia industrial e a classe média. Para o autor, a Primeira República foi dominada pelo latifúndio, que assumiu diferentes configurações, sintetizadas como a fase da implantação, predominantemente marcada pela classe média dominada pelos militares; a fase de consolidação hegemônica pelas oligarquias latifundiárias; e, por último, a fase do declínio, marcada pela expansão da burguesia industrial e da classe média. A disputa pelo poder por esses setores estaria na base da Revolução de 1930.

A tese de Werneck Sodré (1962) fora contestada por vários trabalhos, como é abordado por Gomes e Ferreira (1989), em que as autoras argumentam que era superficial e aparente as contradições entre tais setores.

Importa, para a abordagem da breve trajetória proposta no presente capítulo, situar que a abolição da escravatura no Brasil representa uma clara interferência do Estado na agricultura, marco importante no processo de instauração de relações de produção capitalistas no Brasil e da clara aliança entre os latifundiários e a elite política hegemônica no aparato do Estado.

Convém ressaltar, no entanto, que as exigências de mudanças nas práticas agrícolas eram pautadas ainda no contexto do Brasil Monárquico (1822-1889), com a gradual substituição da mão de obra escrava pelo “trabalhador livre”, num cenário de amplo processo de legitimação da propriedade privada na mão de poucos. O rudimento da produção agrícola até então, vai demandando uma necessária reconfiguração na perspectiva de maior e melhor aproveitamento das áreas e consequente aumento da produtividade, o que apontaria para a necessidade de introdução de novas técnicas.

A primeira escola agrícola no país surge nesse processo de reconversão de necessidades e padrões de desenvolvimento das forças produtivas no campo. Inaugurado em 1859, o Instituto Baiano de Agricultura é um marco histórico no país, seguido da criação, em 1861, do Instituto Pernambucano de Agricultura e, em 1877, da Imperial Escola Agrícola da Bahia, como foi analisado por Feitosa (2006).

O Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio (MAIC) foi criado em 1906, tendo, em 1911, incluída, em sua estrutura, a Diretoria Geral de Agricultura, que contemplava o ensino teórico e prático da agricultura e indústrias rurais, de acordo com o “Relatório apresentado ao Presidente da República pelo ministro de Estado dos Negócios da Agricultura, Indústria e Comércio, Ildefonso Simões Lopes [sobre o ano de 1920]”, constante no Centro de Referência da História Republicana Brasileira². Em 1930, passou a denominar-se Ministério da Agricultura.

O Ensino Agrícola é impulsionado a partir de 1930, no contexto de reformas educacionais empreendidas sob a égide do Governo de Getúlio Vargas. É no período republicano que foram promovidas mudanças na estrutura do Ensino Agrícola no país. Na análise de Mendonça (2007, p. 245):

Diante disso, um dos aspectos fulcrais da atuação do Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio (MAIC) na Primeira República consistiu em implantar uma dada política de Ensino Agrícola calcada num conjunto de práticas de arregimentação de mão-de-obra, marcadas pelo autoritarismo inerente à construção do mercado de trabalho no país.

Na análise da autora, o Ensino Agrícola estava subordinado aos interesses das elites dominantes. É afirmado por Mendonça (2007, p. 246) que:

Com isso, somente viabilizariam políticas agrícolas favoráveis às demandas formuladas pela SNA, dentre elas sua política de “Ensino Agrícola” calcada em práticas de arregimentação de mão-de-obra, porém justificadas em nome da Educação, tida como veículo promotor da transformação do *rustico* em *trabalhador nacional*. Gerou-se uma leitura da realidade que, não apenas atribuía ao “arcaico” homem do campo a responsabilidade pela “crise”, como também preservava a estrutura fundiária, legitimando modalidades de intervenção “pedagógica” junto àquele, evitando sua fuga ao mercado. A atuação do MAIC no sentido de “construir” e fixar o *trabalhador nacional* corporificou-se em duas instituições: os Aprendizados Agrícolas (AAs) e os Patronatos Agrícolas (PAs), ambos responsáveis pela formação de trabalhadores “*aptos ao manejo de máquinas e técnicas modernas de cultivo, ensinando-lhes, sobretudo, seu valor econômico*” (RMAIC, 1912:67)

Em sua Dissertação de Mestrado, Oliveira (2007) faz denso traçado histórico do período que vai desde o Patronato Agrícola à EAFC, aliado à discussão acerca do currículo,

² Na Seção República On Line 1889 – 1961.

estudo que se constituiu em importante referencial para a pesquisa objeto da presente Dissertação. A autora evidencia em sua análise a vinculação do projeto de modernização da educação brasileira no tempo da Primeira República aos interesses da elite em estimular o progresso e subordinar a população pobre à racionalidade capitalista.

Naquele tempo histórico, o Brasil vivia dois movimentos ideológicos impulsionados pelas novas necessidades da sociedade, em que se incluía a escolarização, como é analisado por Freire (2002): “entusiasmo pela educação” e o “otimismo pedagógico”. A tônica do “entusiasmo pela educação” era a expansão quantitativa da oferta educacional e a eliminação do analfabetismo como alavancas para o desenvolvimento almejado no país. Os aspectos relacionados à qualidade do ensino foram a tônica do movimento do “otimismo pedagógico”.

Nesse processo, a educação profissional estava reconfigurada para atender novas exigências sistêmicas do capitalismo, num contexto em que o país acelerava a urbanização e a industrialização como motes do desenvolvimento. Como afirmou Oliveira, (2007, p. 19) havia “... recomendações para que a educação profissional formasse nos indivíduos provenientes das classes menos favorecidas as habilidades necessárias para ser a mão-de-obra apropriada ao desenvolvimento industrial no país”. Foi então instituída a “Comissão Luderitz”, também conhecida como “Serviço de Remodelação do Ensino Profissional Técnico”.

A fundação dos Patronatos Agrícolas, Aprendizados Agrícolas e das Escolas Superiores de Agricultura e Medicina Veterinária se insere nesse contexto. (MENDONÇA, 2006).

Os Aprendizados Agrícolas e os Patronatos Agrícolas foram importantes instituições na trajetória do Ensino Agrícola no país, ainda que estivessem a serviço de interesses alheios às reais necessidades dos povos do campo, subordinados ao interesse de elites dominantes no país, tendo cumprido um papel inclusive do que Mendonça (2007) qualificou como “profilaxia social”. Os Patronatos Agrícolas foram implantados em quase todo o país, concentrando-se de forma expressiva no Norte e no Nordeste.

Oliveira (2007) apresenta em sua Dissertação um quadro síntese dos Patronatos instituídos no Brasil, referenciado em Oliveira (2003).

Quadro 1 – Relação dos Patronatos Agrícolas Fundados no Brasil

Patronato Agrícola	Localização	Decreto Criação	Inauguração
1.Visconde de Mauá	Ouro Fino/MG	12.893,28/2/1918	3/7/1918
2. Monção S.Bárbara do Rio	Pardo/SP	12.893,28/2/1918	15/7/18
3. Pereira Lima	Sete Lagoas/MG	12.893,28/2/1918	26/7/1918
4. Delfim Moreira	Silvestre Ferraz/SP	13.112,20/7/1918	10/8/1918
5. Wenceslau Braz	Caxambu/MG	13.070,15/6/1918	12/11/1918
6. S.Pinheiro Machado	Porto Alegre/RS	13.508.10/3/1919	1/7/1919
7. Campos Salles	PassaQuatro/MG	3.6774,7/1/1919	15/11/1919
8. Lindolpho Coimbra	Muzambinho/MG	14.386,1/10/1920	1/7/1921
9. Barão de Lucena	Jaboatão/PE	14.275,28/7/1920	1/7/1921
10. Casa dos Ottoni	Serro/MG	13.111,20/07/1918	18/10/1921
11. José Bonifácio	Jaboticabal/SP	15.150,1/12/1921	1/5/1922
12. Manoel Barata	Outeiro/PA	15.149, 1/12/1921	7/9/1922
13. Visconde da Graça	Pelotas/RS	15.102,9/11/1921	12/10/1923
14. Diogo Feijó	Ribeirão Preto/SP	15.803,11/11/1922	28/11/1923
15. Vidal de Negreiros	Bananeiras/PB	14.118,27/3/1920	7/9/1924
16. Annitapolis	SC	13.118,27/3/1920	7/9/1924
17. Dr.João Coimbra	Tammandaré/PE	16.105,21/7/1923	5/11/1924
18. Rio Branco	BA		12/10/1926
19. Marquez de Abrantes	BA		12/10/1926

20. Arthur Bernardes	Viçosa/MG		7/11/1926
----------------------	-----------	--	-----------

Fonte: Oliveira (2003, p.37, adaptado)

A institucionalização do Patronato Agrícola Manoel Barata, posteriormente transformado na EAFC, configurou-se como uma das expressões da política de educação profissional no Pará, naquele contexto histórico, cujos objetivos no aspecto formativo visavam a: formar o elemento produtor, discipliná-lo e alfabetizá-lo (OLIVEIRA, 2007). Sobre essa perspectiva de formação, a autora afirma que:

Estas funções tinham como particularidade assegurar uma formação moral à infância pobre, desvalida, que se aglomerava nos grandes centros urbanos. Para cumprir esses objetivos, eram dadas noções de conhecimentos disciplinares militares. Para cumprir este objetivo, verificava-se a presença da instituição policial, não apenas com a função de arregimentar esses menores e transferi-los para as instituições; esta também contribuía para formar o perfil disciplinador da instituição.

Através de uma instrução elementar, os alunos aprendiam a ler e, paralelo a estes conhecimentos, tinham aulas de artes complementadas com algum ofício relacionado à área agropecuária, de onde saíam habilitados em horticultura, jardinagem, pomicultura, pecuária e cultivo de plantas industriais. (p. 65).

A educação profissional, naquele contexto, destinava-se, fundamentalmente, aos excluídos da ordem econômica e social instaurada, que, na Amazônia, se agravava com a decadência do extrativismo da borracha, reforçando, com isso, o dualismo presente na educação brasileira, como analisou Nosella (1998), manifestado na polarização entre a escolarização e o mundo do trabalho. Afirmou o autor que:

[...] A política educacional brasileira acaba por admitir que afinal o Brasil é ainda um imenso território a ser explorado, que muitas mercadorias estão lá, praticamente prontas, dadas, nos pastos, nas florestas, nas águas, nas abundantes e férteis terras. Ora, essas mercadorias precisam apenas de braços fortes e musculosos, de puras energias humanas e de elementares instrumentos técnicos que simplesmente as extraíam. [...] A inteligência e criatividade necessárias para essas operações são mínimas. [...] A atividade extrativista, portanto, é responsável por um clima cultural, contraposto ao espírito industrialista para o qual — ao contrário — as mercadorias estão em primeiro lugar, na cabeça do homem, na criatividade, na inteligência formada, logo, nas boas escolas [...] . (p.168).

O Patronato Agrícola Manoel Barata, portanto, respondia a uma necessidade concreta: preparar mão-de-obra para o atendimento da demanda da elite agropecuária paraense.

O acordo estabelecido entre o Governo do Pará e o Governo Federal, instituído pelo Decreto-Lei nº 1.957, de 17 de Novembro de 1920, autorizou a criação do Patronato Agrícola no Estado, como é evidenciado no Art. 1º;

[...] Art.1º-Fica o Governo do Estado auctorizado a entrar em accôrdo com o Governo Federal, a fim de ser por este installado no antigo Instituto do Outeiro um patronato Agrícola destinado a promover o desenvolvimento da agricultura, horticultura, pomicultura e jardinocultura, *transformando menores orphãos ou abandonados em feitores do campo, pomicultores, horticultores, jardinocultores, abegões e profissionais práticos nos diversos officios agrícolas.* (COLLEÇÃO LEIS DO ESTADO DO PARÁ, ANNO DE 1920 , p.101, grifo do autor)

Foi por meio do Decreto-Lei nº 15.149 de 1º de Dezembro de 1921, no entanto, que tal processo se consolidou, tendo seu regulamento aprovado pelo Decreto nº 13.076 de 5 de Julho de 1919. No entanto, destaque-se que a inauguração oficial do Patronato Agrícola ocorreu somente em 7 de Setembro de 1922, para que as instalações e a organização da instituição fossem viabilizadas. As Ilustrações 2 e 3 são reveladoras da estrutura física da antiga EAFC.



Ilustração 2 e 3: Dependências do Patronato Agrícola Manoel Barata Outeiro-PA
Fonte: Arquivo do DDE

O desenvolvimento da agricultura, horticultura, pomicultura, jardinocultura para as crianças das camadas populares paraenses, na perspectiva de sua inserção no trabalho rural, como foi evidenciado em documentos oficiais analisados por Oliveira (2007), foi a tônica da formação, cujo currículo tinha, nos elementos práticos, a sua centralidade, considerando que a finalidade precípua era a inserção dos jovens pobres, muitas vezes filhos de nordestinos que migraram para a Amazônia na fuga da seca e com o ideário da prosperidade com o extrativismo da borracha.

Tal perspectiva é claramente estabelecida no Decreto Lei nº 1.957, de 17 de Novembro de 1920, ao ser afirmado que o ensino primário e profissionalizante ofertado estava voltado para “*orphãos ou abandonados em feitores do campo, pomicultores, horticultores, jardinocultores, abegões e profissionais práticos nos diversos ofícios do campo*”.

O próprio nome da instituição — Patronato — já expressava a perspectiva de sua própria existência: formar para a submissão aos patrões, que se traduziu num currículo prescrito de conteúdos de nível primário, moral e civismo, leitura e escrita, preparação para o trabalho agropecuário. Com isso, distanciava-se dos ideários democratizantes do movimento “entusiasmo pela educação”, que pretendia o amplo acesso aos processos de escolarização pelas camadas populares.

A criação do Ministério da Educação e Saúde (MES), no início da década de 1930, mais precisamente em 1931, no Governo de Vargas, iria tensionar a relação com o Ensino Agrícola, até então sob a governabilidade do Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio (MAIC), pois o novo Ministério não apenas seria incumbido de nacionalizar o ensino primário, como viria a centralizar a gestão sobre qualquer nível e ramo de ensino. Mendonça (2007, p. 251) afirmou que:

Os quadros do novo Ministério, ao qual se costuma atribuir o “pioneirismo” em toda e qualquer iniciativa educacional, passariam a disputar com os da Agricultura o controle sobre o Ensino Agrícola, posto considerarem que a educação primária deveria afastar-se do ensino técnico ou vocacional, em nome do *equivoco pedagógico* de sobrecarregar-se as crianças com a preparação para o trabalho.

O MAIC vai sofrer modificações na sua estrutura institucional³, rebatendo na organização do Ensino Agrícola no país, processo que vai ser influenciado também pelo Decreto Lei nº 23.979 de março de 1933, que redefiniu algumas instituições incumbidas, até então, da oferta do Ensino Agrícola, a exemplo dos Patronatos, que passaram a ser gestados pelo Ministério da Justiça a partir da criação do Serviço de Assistência ao Menor (SAM), o que enseja a criação dos Aprendizados, assim reclassificados até a aprovação da Lei Orgânica do Ensino Agrícola (LOEA) de 1946.

No bojo dessas mudanças, o Patronato Agrícola Manoel Barata passou a ser denominado de Aprendizado Agrícola Manoel Barata, instituído pelo Decreto nº 24.115 de 12 de Março de 1934 e, posteriormente, Ginásio Agrícola Manoel Barata, por determinação do Decreto nº 1.029 de 06 de Novembro de 1939.

As reformas educacionais empreendidas posteriormente, entre os anos de 1930 e 1964, vão exercer influência decisiva na (re)configuração do Ensino Agrícola no país. A Lei Orgânica do Ensino, conhecida como Reforma Capanema, reafirmou o dualismo na educação brasileira, pois ao organizar a educação nacional em diferentes níveis e modalidades de ensino – primário, secundário, industrial, comercial, normal e agrícola – reforçou o ensino secundário, de caráter mais propedêutico, como formador das elites e o ensino profissional como o formador do povo conduzido por tais elites. (MENDONÇA, 2006; OLIVEIRA, 2007).

Sobre essa análise, Mendonça (2007, p. 250), referenciada em Flavia Werle (2005), afirma que:

Em verdade, a principal característica das Reformas que viriam a ser executadas pelo Ministro da Educação Gustavo Capanema durante o Estado Novo, a despeito de sua retórica em contrário, consistiria em ratificar o ensino secundário enquanto formador das “*elites condutoras do país*” e o ensino profissional enquanto formador do “*povo conduzido*” (WERLE, 2005: 34).

A Lei Orgânica do Ensino Agrícola (LOEA), formulada no âmbito do Ministério da Educação, instituiu três tipos de cursos distintos, como foi caracterizado por Mendonça (2007, p. 252):

A) O ensino Agrícola Básico – com três anos de duração e destinado a formar capatazes a partir de uma clientela composta por jovens a partir de 14 anos e que tivessem cursado o primário completo, preservando seu caráter de “*escola de trabalho*”; B) o Ensino Rural – com duração de dois anos e formador de trabalhadores rurais, a partir de um público integrado por crianças maiores de 12 anos e que já tivessem recebido “*alguma instrução primária*”, sendo totalmente baseado em aulas práticas; e finalmente, C) Curso de Adaptação – esse, sim, uma inovação quanto ao período anterior,

³ Mendonça (2007) destaca a criação em 1938 da Superintendência do Ensino Agrícola (SEA), órgão diretamente vinculado ao Ministro e especialmente voltado para assuntos educacionais. Dois anos depois, passou a incorporar também o ensino veterinário, passando a ser Superintendência do Ensino Agrícola e Veterinária (SEA).

posto que não mais dirigido a crianças e adolescentes, mas sim ao chamado “*trabalhador em geral*”, quase sempre adulto e “*sem qualquer diploma ou qualificação profissional prévia*”.

A polarização entre os dois Ministérios — o da Agricultura e o da Educação — vai ser acentuada, com a implantação de cursos supletivos pelo primeiro, que gerou reação no segundo.

O Ministério da Educação, sob forte influência de acordos de cooperação com os Estados Unidos, instituiu a Comissão Brasileiro-Americana de Educação das Populações Rurais (CBAR), na perspectiva de promover a educação e o desenvolvimento da comunidade rural. A estratégia, então, foi a criação de Centros de Treinamento de Operários Agrários, realização de Semanas Ruralistas, entre outros, como analisou Paiva (1987). E mais: na perspectiva de dar conta de acordos internacionais e de responder à iniciativa do Ministério da Agricultura ter “invadido” com a oferta de cursos supletivos, é lançado pelo Ministério da Educação a Campanha de Educação de Adolescentes e Adultos (CEAA). Na análise de Paiva (1987, p. 179) a Campanha tinha “... seu fundamento político, ligado à ampliação das bases eleitorais, se acompanhava das idéias de ‘integração’ como justificação social e de ‘incremento da produção’ como justificação econômica.”.

Entre os objetivos destacavam-se: o desenvolvimento de relações mais próximas entre os docentes brasileiros e os docentes do ensino agrícola dos Estados Unidos; proporcionar treinamento de brasileiros e americanos especializados em ensino profissional agrícola; programar atividades no âmbito da educação rural entre as partes. A criação dos Clubes Agrícolas junto às escolas primárias do meio rural foi considerada uma das inovações mais significativas promovidas pela CBAR.

A influência dos Estados Unidos na dinamização do Ensino Agrícola no Brasil foi analisada por vários autores como Feitosa (2006), Oliveira (2007), Mendonça (2006, 2007), sendo essencial a referência de que a conjuntura instaurada pela CBAR impulsiona a instituição da LOEA no bojo de um conjunto de reformas⁴ do ensino. No Artigo 1º da LOEA são estabelecidas as bases de organização e de regime do ensino agrícola, entendido como o ramo do ensino até o segundo grau, destinado essencialmente à preparação profissional dos trabalhadores da agricultura, cujos interesses de atendimento e finalidades são estabelecidos respectivamente nos Arts.2º e 3º, transcritos a seguir:

Art. 2º O ensino agrícola deverá atender:

1. Aos interesses dos que trabalham nos serviços e misteres da vida rural, promovendo a sua preparação técnica e a sua formação humana.
2. Aos interesses das propriedades ou estabelecimentos agrícolas, proporcionando-lhes, de acordo com as suas necessidades crescentes e imutáveis, a suficiente e adequada mão de obra.
3. Aos interesses da Nação, fazendo continuamente a mobilização de eficientes construtores de sua economia e cultura.

Art. 3º O ensino agrícola, no que respeita especialmente à preparação profissional do trabalhador agrícola, tem as finalidades seguintes:

1. Formar profissionais aptos às diferentes modalidades de trabalhos agrícolas.

⁴ Leis Orgânicas do Ensino Secundário (Decreto-Lei nº 4.244/42), do Ensino Industrial (Decreto-Lei nº 4.073/42); Lei Orgânica do Ensino Comercial (Decreto-Lei nº 6.141/43); Leis Orgânicas do Ensino Primário (Decreto Lei nº 8.529/46), do Ensino Normal (Decreto-Lei nº 8.530/46) e do Ensino Agrícola (Decreto-Lei nº 9.613/46).

2. Dar a trabalhadores agrícolas jovens e adultos não diplomados uma qualificação profissional que lhes aumente a eficiência e produtividade.
3. Aperfeiçoar os conhecimentos e capacidades técnicas de trabalhadores agrícolas diplomados.

No Capítulo III da LOEA são estabelecidos os ciclos e os cursos, sendo definidos dois ciclos e em cada um desses. desdobrar-se-iam, pois, os cursos, sendo três as categorias: a) cursos de formação; b) cursos de continuação; c) cursos de aperfeiçoamento. O Quadro 2 sintetiza as prescrições estabelecidas no Art. 8º da LOEA.

Deve-se ressaltar que no parágrafo 3º do Art. 8º era destacado que “O Curso de Iniciação Agrícola e o Curso de Mestria Agrícola revestir-se-ão, em cada região do País, da feição e do sentido que as condições locais do trabalho agrícola determinarem”.

No que se refere aos Cursos de Continuação, os mesmos também eram denominados de práticos de agricultura e estavam vinculados ao primeiro ciclo do ensino agrícola, destinando-se a assegurar a jovens e adultos a preparação sumária que os habilitasse “[...] aos mais simples e correntes trabalhos da vida agrícola”. Já os Cursos de Aperfeiçoamento poderiam estar vinculados ao primeiro ou segundo ciclos, objetivando o aprimoramento de conhecimentos e capacidades técnicas “[...] de trabalhadores diplomados, de professores de disciplinas de cultura técnica incluídas nos cursos de ensino agrícola, ou de administradores de serviços relativos ao ensino agrícola”.

A prescrição dos tipos de estabelecimentos será um marco importante na trajetória do Ensino Agrícola no país, sendo definidos três tipos: Escolas de Iniciação Agrícola, destinadas a ministrar cursos de iniciação agrícola; Escolas Agrícolas, responsáveis pela ministração do curso de mestria agrícola e de iniciação agrícola; Escolas Agrotécnicas, destinadas a dar um ou mais cursos agrícolas técnicos, podendo, ainda, ministrar um ou mais cursos agrícolas pedagógicos e, bem assim, o Curso de Mestria Agrícola e o Curso de Iniciação Agrícola. Destaque-se que quaisquer estabelecimentos de ensino agrícola poderiam ministrar cursos de continuação e/ou de aperfeiçoamento, excetuando os destinados a professores ou a administradores, os quais só poderiam as Agrotécnicas.

Quadro 2 – Detalhamento dos Ciclos e Cursos de Formação Estabelecido na LOEA

Ciclo	Cursos	Duração	Finalidade	Especificação de Cursos
Primeiro	Curso de Iniciação Agrícola	2 anos	Dar a preparação profissional necessária execução do trabalho de operário agrícola qualificado	
	Curso de Mestria Agrícola	2 anos (seqüente ao Curso de Iniciação Agrícola)	Dar a preparação profissional necessária ao exercício do trabalho de mestre agrícola	
Segundo	Curso Agrícola Técnico	3 anos	Destinavam-se ao ensino de técnicos próprios ao exercício de funções de caráter especial na agricultura	1. Curso de Agricultura. 2. Curso de Horticultura. 3. Curso de Zootecnia. 4. Curso de Práticas Veterinárias. 5. Curso de Indústrias Agrícolas. 6. Curso de Lacticínios. 7. Curso de Mecânica Agrícola
	Curso Agrícola Pedagógico	3 anos		1. Curso de Magistério de Economia Rural Doméstica. 2. Curso de Didática de Ensino Agrícola. 3. Curso de Administração de Ensino Agrícola

Fonte: LOEA

Feitosa (2006) faz uma análise da dinâmica capitalista no Brasil, tipificando-a de capitalismo dependente, e nesse contexto faz incursões históricas sobre o Ensino Agrícola no país. Sobre a LOEA o autor afirma reflete que tais reformas se inscrevem num circuito de modernização conservadora da educação brasileira e que a função da escola agrícola como instrumento para conter os conflitos no campo, com destaque aos Art. 40, 44 e 71, transcritos a seguir:

Art. 40. § 2º Os estabelecimentos de ensino agrícola velarão pelo desenvolvimento, entre os alunos, de instituições sociais delas, com um regime de autonomia, de caráter educativo, criando na vida as condições favoráveis à formação do gênio desportivo, dos bons sentimentos de camaradagem e sociabilidade, dos hábitos econômicos, do espírito de iniciativa, e de amor à profissão. Merecem especial atenção, entre essas instituições, as cooperativas, as quais deverão ser constituídas em todos os estabelecimentos de ensino agrícola.

Art. 44. Os estabelecimentos de ensino agrícola tomarão cuidado especial e constante com a educação moral e cívica de seus alunos. Essa educação não será dada em tempo limitado, mediante a execução de um programa

específico, mas resultará da execução de todos os programas que dêem ensejo a esse objetivo, e, de um modo geral, do próprio processo da vida escolar, que em todas as atividades e circunstâncias, deverá transcorrer em termos de elevada dignidade e fervor patriótico.

Art. 71. Os estabelecimentos de ensino agrícola buscarão estender a sua influência educativa sobre as propriedades agrícolas circunvizinhas, quer levando-lhes ensinamentos relativos aos seus trabalhos agrícolas habituais ou de matéria de economia rural doméstica, quer despertando entre a população rural interesse pelo ensino agrícola e compreensão de seus objetivos e feitos.

No dizer de Oliveira (2007) as finalidades e natureza do Ensino Agrícola, naquele contexto, era formar produtores eficientes e patrióticos, referenciados numa racionalidade de eficiência e produtividade, mas também numa lógica conformista e subalternizada. Trechos da LOEA são emblemáticos dessa análise, a exemplo do Art. 44 que trata especificamente da instrução moral e cívica.

A Lei Orgânica do Ensino Agrícola (1946) mudou a organização e a estrutura do ensino em relação ao que era ministrado no Patronato Agrícola Manoel Barata. Essas mudanças se estabeleceram devido a um conjunto de fatores relacionados às mudanças na organização social, política e econômica brasileira, que necessitava formar um trabalhador para cumprir determinado papel. Dessa forma, o Patronato Agrícola Manoel Barata mudou seu caráter de “instituição semi-prisional, adquirindo uma dimensão efetivamente profissionalizante centrada no tecnicismo ‘qualificador’ da mão-de-obra”.

No bojo dessas mudanças, outras disciplinas passaram a fazer parte do currículo. Entre estas podemos destacar, no Art. 2º da LOEA, as disciplinas de Cultura Técnica do Curso de Iniciação Agrícola, que contemplou a disciplina Criação de Animais Domésticos. No Art.5º, estão relacionadas as disciplinas de Cultura Técnica do Curso de Mestria Agrícola, que incluía Criação de Animais Domésticos e Noções de Veterinária e Higiene Rural. Os conhecimentos referentes à criação de Suínos eram abordados nessas disciplinas.

O fim do Estado Novo vai instaurar nova dinâmica econômica e política no país, configurada por Fausto (2002), como a experiência democrática, sendo expressões dessa conjuntura as eleições presidenciais de 1945 e a Assembléia Nacional Constituinte que resultou na Constituição de 1946. Imperou o modelo liberal e o combate ao intervencionismo estatal, processo interrompido pela volta de Getúlio Vargas ao poder. O autor afirma que “Getúlio iniciou seu governo tentando desempenhar, nas condições de um regime democrático, um papel que já desempenhara: o de árbitro diante das diferentes forças sociais e políticas [...]”.

No âmbito educacional foi instaurado o processo de debates e disputas em torno da primeira Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN) do Brasil, promulgada 13 anos depois, em 20 de novembro de 1961, num cenário econômico e político marcado por diferenças que foram do nacionalismo ao desenvolvimentismo de Juscelino Kubitschek.

O processo de formulação da 1ª LDBEN do país, determinado pela Constituição Federal de 1946 foi analisado por Romanelli (1991), entre outros autores. O embate entre o público e o privado se constituiu num dos pontos de suporte desse processo. Na análise da autora, a intencionalidade de favorecer a iniciativa privada era velada e manifesta. Destaca-se ainda o embate de duas posições, sendo uma centralizadora ainda inspirada na Constituição de 1937, e outra descentralizadora, de acordo com os preceitos da Constituição de 1946.

Na análise da historiografia da educação brasileira, Romanelli (1991) aponta que, no Brasil, desde o Império até 1961, a dualidade do Ensino secundário persistiu, polarizada pelo

caráter de ensino propedêutico⁵ de um lado, voltado para as minorias elitistas; de outro, a oferta de ensino profissional acompanhando a dinâmica econômica, particularmente a industrialização que se acelerava no país.

A elaboração das Leis Orgânicas do Ensino Profissional reforçava esse dualismo entre a oferta educacional voltada para a formação das elites condutoras do país e do ensino profissional voltado para a “[...] formação adequada dos filhos dos operários, dos desvalidos da sorte dos menos afortunados. Mas, o ensino se voltava a dar conteúdos mínimos para as classes populares, sem lhes permitir acesso ao Ensino Superior” (SANTOS et al, 2006, p. 13).

A promulgação da LDB nº. 4024/61 rompe formalmente com essa dualidade, estabelecendo a equivalência entre os cursos propedêutico e profissionalizante, ampliando possibilidades de prosseguimento para o Ensino Superior. No dizer de Santos et al (2006, p. 13):

A formação do pensamento estrutural escolar brasileiro, porém, não se desvinculava do contexto social e prosseguia como reflexo de uma época que se estabelece como industrial, comercial, exportadora e desenvolvimentista. Também havia a diversidade cultural, os regionalismos, o processo de mobilidade do homem do campo para os centros urbanos como elementos que colaboravam para a implantação do modelo de escola, então apresentado. Sem dúvida, existia uma escola para pobres e outra para a elite.

No que se refere ao Ensino Agrícola, o Art. 47 da LDB de 1961 será incluído no ensino técnico de grau médio, cuja organização foi realizada em dois ciclos, como foi estabelecido no Art. 49, ambos transcritos a seguir:

Art. 47. O ensino técnico de grau médio abrange os seguintes cursos:

- a) industrial;
- b) agrícola;
- c) comercial.

Parágrafo único. Os cursos técnicos de nível médio não especificados nesta lei serão regulamentados nos diferentes sistemas de ensino.

Art. 49. Os cursos industrial, agrícola e comercial serão ministrados em dois ciclos: o ginásial, com a duração de quatro anos, e o colegial, no mínimo de três anos.

§ 1º As duas últimas séries do 1º ciclo incluirão, além das disciplinas específicas de ensino técnico, quatro do curso ginásial secundário, sendo uma optativa.

§ 2º O 2º ciclo incluirá além das disciplinas específicas do ensino técnico, cinco do curso colegial secundário, sendo uma optativa.

§ 3º As disciplinas optativas serão de livre escolha do estabelecimento.

§ 4º Nas escolas técnicas e industriais, poderá haver, entre o primeiro e o segundo ciclos, um curso pré-técnico de um ano, onde serão ministradas as cinco disciplinas de curso colegial secundário.

§ 5º No caso de instituição do curso pré-técnico, previsto no parágrafo anterior, no segundo ciclo industrial poderão ser ministradas apenas as disciplinas específicas do ensino técnico.

⁵ Ensino pautado pelas áreas do conhecimento básico: Ciências Humanas, Exatas e Naturais, Linguagens, Códigos e suas tecnologias.

Na análise de Oliveira (2007, p. 117), as mudanças advindas a partir da LDB de 1961 podem ser assim analisadas:

A mudança e avanço da LDB 4024/61 em relação à *Reforma Capanema* foi o ensino secundário e os ramos do ensino técnico-profissional, que ficaram organizados em uma outra modalidade de ensino, ou seja, o *ensino médio*, mantendo a duração de sete anos, subdividido em dois ciclos: o ginásial, de quatro anos, e o colegial de três anos; abolindo-se os cursos de Iniciação Agrícola e Mestria Agrícola previstos na Lei Orgânica do Ensino Agrícola.

Feitosa (2006) abordou em seu estudo, no que se refere à LDB de 1961, que o Ginásio Agrícola passou a aglutinar as escolas de iniciação agrícola e mestria agrícola, mantendo a emissão do certificado de Mestria Agrícola; enquanto que passaram a ser chamados de Colégios Agrícolas as escolas agrícolas do segundo ciclo, que passaram emitir o título de Técnico em Agricultura. Na análise do autor, esse processo se insere num contexto mais amplo e afirma que:

Com um novo modelo “modernizador”, do regime militar, a “Revolução Verde” e os acordos de “cooperação” Brasil-Estados Unidos da América, nas décadas de 60 e 70, essas escolas passaram a se preocupar com a formação de um profissional técnico que atendesse as demandas das inovações trazidas por essa nova forma de se produzir. (FEITOSA, 2006, p. 101).

Assim, com a LDB Nº 4024/61 os Cursos de Iniciação Agrícola e Mestria Agrícola foram substituídos pelos Cursos Ginásial Agrícola e Colegial Agrícola. Da mesma forma os desenhos curriculares dos cursos também sofreram alterações, e as disciplinas de Iniciação aos Estudos Zootécnicos, Prática Agro-Pecuária Geral e Aplicada e Zootecnia passaram a fazer parte do currículo. Dessa forma, os conteúdos de Suinocultura passaram a fazer parte do programa dessas disciplinas.

Ao analisar as prescrições da LDB Nº 4024/61 no desenho curricular do Ginásio Agrícola e Colégio Agrícola Manoel Barata, Oliveira (2007) elabora um quadro importante, reproduzido a seguir.

Quadro 3 – A Organização da Instituição após a LDB N° 4024/61

Nome da Instituição	Legislação que Regulamenta	Especificações do Documento	Curso/ Formação
Ginásio Agrícola	Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional n.4024/1961 Decreto n.53.558, de 12/09/1964.	Estruturou o ensino ginásial em quatro anos. A escola de mestria passou a ser denominado Ginásio Agrícola.	Curso Ginásial Permanece a formação em Mestre Agrícola
Colégio Agrícola	Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional n.4024/1961 Decreto n.63.158, de 23/08/1968	Estruturou o ensino colegial em quatro anos. Passou a ser denominada Colégio Agrícola Manoel Barata.	Curso Colegial 2º Ciclo do Ensino Agrícola, Formação de Técnico Em Agropecuária.

Fonte: Setor de Registros Escolares da EAFC-PA/ Departamento de Desenvolvimento Educacional, Coordenação Geral de Ensino/ Arquivo da EAFC-PA

Posteriormente à LDB de 1961, várias legislações correlatas regulamentaram as novas prescrições legais. Destaca-se que, de acordo com as prescrições da Lei N° 5692/71 e do Parecer n° 45 de 14 de Janeiro de 1972, o Colégio Agrícola Manoel Barata modificou a estrutura dos cursos ofertados na instituição e passou a oferecer apenas o Curso Técnico em Agropecuária. O Colégio Agrícola Manoel Barata foi assim denominado pelo Decreto n° 63.158 de 23 de Agosto de 1968.

Dados do Setor de Registros Escolares da EAFC revelam uma estrutura curricular organizada em Cultura Geral e Cultura Técnica, com os respectivos componentes curriculares, como pode ser visto no Quadro 4.

Quadro 4 – Desenho Curricular do Curso Colegial Agrícola

Cultura	Disciplinas	Séries		
		1ª série	2ª série	3ª série
Cultura Geral	Língua e Literatura Nacional	X	X	X
	Língua Estrangeira (Inglês)	X		X
	História			
	Geografia	X	X	
	Educação Moral e Cívica	X	X	
	O.S.P.B.		X	
	Matemática	X	X	
	Biologia	X	X	X
	Física	X	X	
	Química	X	X	
	Redação e Expressão		X	X
	Estudos Regionais		X	
	Administração e Economia Rural		X	X
	Programa de Saúde	X		
	Educação Artística			
	Educação Física			
Cultura Técnica	Desenho e Topografia		X	
	Construções e Instalações Rurais			X
	Agricultura	X	X	X
	Zootecnia	X	X	X
	Irrigação e Drenagem			X
	Culturas Regionais			X
	Criações			X
	Programa de Saúde	X		
Estágio	Estágio Supervisionado			

Fonte: Setor de Registros Escolares da EAFC-PA

A síntese das mudanças e permanências do patronato agrícola Manoel Barata ao Colégio Agrícola elaborada por Oliveira (2007) é relevante. A seguir apresenta-se o Quadro 5 elaborado pela autora.

Quadro 5 – De Patronato Agrícola Manoel Barata a Colégio Agrícola Manoel Barata: sistematização das Mudanças e Permanências

Mudanças e permanências	Patronato Agrícola Manoel Barata	Escola de Iniciação Agrícola/ Mestria Agrícola Manoel Barata	Ginásio Agrícola Manoel Barata/ Colégio Agrícola Manoel Barata
	Decreto Federal Nº 12.893/1918, Nº 15.149/1921, Nº 1957/1920	Lei Orgânica do Ensino Agrícola	LDB Nº 4024/61
Mudanças na estrutura dos cursos	Não havia um sistema de ensino organizado, o curso ministrado no Patronato Agrícola Manoel Barata tinha o objetivo de ensinar um ofício, a leitura e escrita.	A partir desta lei o ensino agrícola passou a ter uma organização e sequência. O aluno ao concluir o primeiro ciclo do ensino agrícola recebia o certificado de conclusão do Ensino Primário e ao cumprir o 2º ciclo concluía o Ensino Secundário.	A partir desta Lei, os cursos agrícolas foram equiparados ao ensino médio.
Mudança na Articulação entre os Cursos	Ao concluir o curso no Patronato Agrícola não havia possibilidades do menor prosseguir nos estudos, o ensino agrícola era desvinculado de outras modalidades de ensino.	Os cursos articulavam-se entre si e com outras modalidades de ensino. Os alunos poderiam prosseguir seus estudos até o ensino superior, embora na mesma área de ensino.	Os alunos poderiam prosseguir seus estudos até o nível superior em qualquer área de estudo.
Mudanças no perfil de formação	O objetivo dos conhecimentos ministrados no Patronato Agrícola Manoel Barata era regenerar, disciplinar, por meio da reclusão e da aprendizagem de um ofício. Formar capatazes, feitores do campo.	Formar cidadãos patriotas, produtores eficientes, utilizando para atingir este objetivo as disciplinas de História do Brasil, Geografia do Brasil, instrução Moral e Cívica, canto orfeônico, Educação Física e as disciplinas de Cultura Técnica.	Permanece o mesmo perfil de formação da Lei Orgânica do Ensino Agrícola, e além das disciplinas de Cultura Técnica são introduzidas no currículo as Práticas Educativas.
Permanece a divisão das disciplinas e conteúdos em Cultura Geral e Cultura Técnica		Esta sistematização se estabeleceu a partir da Lei Orgânica do Ensino Agrícola	Permaneceu a divisão das disciplinas entre Cultura Geral e Cultura Técnica

Fonte: Oliveira (2007)

De acordo com a análise de Oliveira (2007, p. 124) a EAFC:

[...] se adaptou às exigências das legislações (Lei Orgânica do Ensino Agrícola e LDB Nº 4024/61), mudando de uma concepção de ensino profissional “regeneradora, disciplinadora e corretiva” vivenciada no Patronato Agrícola Manoel Barata para formar profissionais “eficientes e patriotas”, além de viabilizar a possível ascensão social via acesso à educação superior (OLIVEIRA, 2007, p.124)

Foi sob os auspícios da Ditadura Militar, instaurada no país em 1964, que em 1972 o Colégio Agrícola Manoel Barata foi transferido da Ilha de Caratateua para o município de Castanhal, autorizado pelo Decreto Federal nº. 70.688, de 8 de Junho daquele ano, cuja inauguração foi prestigiada pelo então Ministro da Educação, o paraense Jarbas Passarinho.

A implementação da Lei Nº 5692/71 e do Parecer nº 45 de 14 de Janeiro de 1972⁶ impulsionaram a revisão curricular no Colégio Agrícola Manoel Barata, passando o mesmo a oferecer apenas o Curso Técnico em Agropecuária e três habilitações técnicas, a saber: Agropecuária, Agricultura e Pecuária. O Quadro 6 sintetiza o currículo mínimo dessa área de formação.

Quadro 6 – Componentes Curriculares das Habilitações do Curso Técnico em Agropecuária

ANEXO C- CATÁLOGO DE HABILITAÇÕES			
Componentes Curriculares das respectivas Habilitações Técnicas			
Componentes Curriculares	Habilitação		
	Agropecuária	Agricultura	Pecuária
Desenho e Topografia	X	X	X
Administração e Economia Rural	X	X	X
Agricultura	X	X	X
Zootecnia	X	X	X
Construções e Instalações	X	X	X
Irrigação e Drenagem	X	X	
Culturas	X	X	X
Criações	X		X

Fonte: EAFC, documento nº134, jan. 1972

Nesse período, foi instituído o modelo curricular baseado nos pressupostos do Sistema Escola-Fazenda. Os conteúdos relacionados à criação de Suínos passaram a ser estudados nas disciplinas de Zootecnia, ofertada nas três séries do Curso Técnico em Agropecuária da seguinte forma: (na 1ª série Zootecnia Geral, na 2ª série Zootecnia II e, na 3ª série Zootecnia III).

A concepção tecnicista de educação imperou nesse período de domínio dos militares no governo brasileiro. Como afirma Soares (2004, p. 1):

Em meados da década de 1960, no Brasil, por ocasião da implantação do Modelo Escola-Fazenda no ensino técnico agropecuário, os currículos oficiais sedimentavam-se num enfoque *tecnicista*, com uma preocupação marcante com o atendimento ao processo de industrialização em curso, num atrelamento ao mercado que, nas décadas seguintes vai tomar cada vez mais corpo (SOARES, 2004, p.1).

⁶ Elaborado pelo Conselho Federal de Educação para regulamentar o ensino profissionalizante no país e as respectivas habilitações técnicas.

Racionalidade, eficiência e produtividade são centrais no enfoque tecnicista, muito alinhado com conceitos da teoria do capital humano de eficácia, eficiência e efetividade, como analisou Soares (2004), em que o sistema educativo deveria ser regido pelas necessidades do sistema produtivo.

Tal lógica influenciou decisivamente a reforma educacional do ensino superior (Lei nº 5.540/1968) e a reforma do ensino de 1º e 2º graus, instituída pela Lei nº 5.692/71, tendo a implantação do Sistema de Escola-Fazenda (SEF) como uma das principais repercussões no ensino agrícola. Destaque-se que tal modelo SEF vigorou como referência de organização pedagógica e curricular dos Colégios Agrícolas e das Escolas Agrotécnicas até a reforma da educação profissional dos anos de 1990. Na análise de Oliveira (2007, p. 143):

Esta metodologia tinha como propósito operacionalizar a parte diversificada do currículo que conferia a habilitação profissional prescrita no Parecer Nº 45 de 14/1/1972 e proporcionar experiências indispensáveis à fixação dos conhecimentos adquiridos nas aulas teóricas - práticas. O processo de educação-produção possibilitaria ao educando aprofundar e ampliar o horizonte da compreensão das relações que se estabelecem a partir do processo produtivo. A essa metodologia de ensino aplicava-se o princípio “aprender a fazer e fazer para aprender” (OLIVEIRA, 2007, p. 143).

Três elementos ancoravam a proposta pedagógica do SEF: as Salas de Aula, as Unidades Educativas de Produção (UEP's) e a Cooperativa-Escola. Destinada como espaço de ensino-aprendizagem a *Sala de aula* se constituía num importante espaço de formação por meio da disseminação de conteúdos formativos. Concebida como laboratórios experimentais as Unidades Educativas de Produção estavam situadas no espaço da escola-fazenda e objetivava a articulação de conteúdos teóricos e práticos, com ênfase nas disciplinas da parte diversificada do currículo escolar. Por último a Cooperativa-Escola cumpria um papel formativo e de promoção da comercialização da produção.

O ensino de Suinocultura, nesse processo, era dinamizado fundamentalmente nas Unidades de Educação e Produção, que manejavam conteúdos de Zootecnia, contemplando estudos de animais de diferentes portes (pequeno médio e grande).

A arquitetura da Escola acompanhou esse perfil de formação. Assim, na Ilustração 4, pode-se visualizar tais espaços pedagógicos.



Ilustração 4. Unidade Educativa de Produção da EAFC-PA.

Influenciada ainda pela concepção tecnicista de educação, no ano de 1979, por meio do Decreto Nº 83.935, de 04 de setembro, é instituída⁷ a Escola Agrotécnica Federal de Castanhal (EAFC). Naquele contexto, houve a uniformização da denominação de Escola Agrotécnica Federal, devendo ser seguida pelo nome do município que sediava tal Escola, razão de ter se constituído a EAFC. Destaque-se que tal processo se deu sob a Coordenação Nacional de Ensino Agropecuário – COAGRI, órgão vinculado à Secretaria de Ensino de 1º e 2º Grau do Ministério da Educação e Cultura, à qual tais estabelecimentos de ensino estavam vinculados.

Entre o final da década de 1960 e a promulgação da nova LDB — nº 9.394 de 20 de dezembro de 1996 —, ora vigente no país, a EAFC foi regulada institucionalmente pelas prescrições legais supracitadas, cujo fundamento político-pedagógico era o tecnicismo. Nesse sentido, a maior parte dos sujeitos da presente pesquisa foram formados como Técnicos Agrícolas ainda sob a égide dessa concepção político-pedagógica.

A partir da LDB de 1996, a EAFC vivenciou todo um processo de reestruturação curricular, após 30 anos de uma concepção curricular ancorada no tecnicismo que imperou na política educacional brasileira a partir do final da década de 1960.

A LDB de 1996 também foi resultado de amplos processos de disputas de concepção político-pedagógica, cuja deflagração dos debates tem, na Constituição de 1988, o seu marco histórico. O aprofundamento dos debates já ocorreu num cenário de amplas transformações na

⁷ A regularidade de estudos da EAFC foi instituída pela Portaria nº 103 de 3 de Dezembro de 1980, por meio da Secretaria de Ensino de 1º e 2º graus do Ministério da Educação e Cultura

base econômica e social que o mundo vem viver a partir dos anos 80 e que se intensificam nos anos de 1990, sob a égide do neoliberalismo. Reestruturação produtiva, flexibilização do mundo do trabalho, privatização em todos os setores, reforma do Estado, são alguns elementos característicos desse contexto, como analisou Gentili (1998).

Em 1997 a EAFC-PA, respaldada pelas prescrições legais na nova LDB e do Decreto nº 2.208 de 17 de Abril de 1997, detalhado pela Portaria nº 646/1997 do Ministério da Educação, inicia-se o processo de reforma curricular, que, entre outros elementos, incluiu a diversificação de habilitações orientada pela pesquisa realizada na comunidade, definindo-se pela criação dos cursos de agropecuária, agricultura, zootecnia e agroindústria.

Nesse processo, no ano letivo de 1998, as matrículas no ensino regular foram feitas concomitantemente, sendo uma no ensino médio e a outra no ensino profissional. Nesse mesmo ano iniciou também a primeira Turma do Curso de Zootecnia para egressos do Ensino Médio.

Com a Reforma da Educação Profissional materializada na LDB Nº 9394/96, os conteúdos de Suinocultura passaram a constituir o currículo de um módulo denominado de Zootecnia Geral, sendo que, atualmente, este módulo ainda faz parte do desenho curricular do Curso Pós-Médio em Agropecuária.

Até recentemente a Escola Agrotécnica Federal de Castanhal se constituiu numa das autarquias federais, vinculada à Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica (SETEC) do Ministério da Educação, considerando que, em 2008, a EAFC institucionalmente foi configurada como Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia, criado a partir da Lei nº 11.892 de 29/12/2008, como expressão da política do Ministério da Educação para expansão da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica. No Estado do Pará foi criado um único Instituto, constituído com a fusão de três autarquias Federais: Centro Federal de Educação Tecnológica do Pará (CEFET) e suas Unidades Descentralizadas: Escola Agrotécnica Federal de Castanhal (EAFC) e Escola Agrotécnica Federal de Marabá (EAFM). O Instituto é formado por onze campi: Campus Belém, Castanhal, Bragança, Abaetetuba, Tucuruí, Conceição do Araguaia, Altamira, Santarém, Marabá Industrial, Marabá Rural e Itaituba. Atualmente, a oferta educacional da instituição é configurada conforme demonstrado no Quadro 7.

Quadro 7 – Dados do Plano de Desenvolvimento Institucional do IFPA. Com os números/meta de alunos por ano por curso.

Curso	Modalidade	2009	2010	2011	2012	2013
Agropecuária (Equivalente)	Integrado	878	894	976	960	1120
Agropecuária	Subseqüente	89	80	80	80	80
Agroindústria	Subseqüente	107	70	70	70	70
Floresta	Subseqüente	60	35	35	35	35
Informática	Subseqüente		60	60	60	60
Segurança do Trabalho	Subseqüente			40	40	40
Meio Ambiente	Subseqüente		40	40	40	40
Georreferenciamento	Subseqüente			30	30	30
Turismo	Subseqüente			40	40	40
Total		1.134	1.179	1.371	1.355	1.515

Fonte: Planos e Metas do IFPA - Campus Castanhal (2009)

A breve contextualização histórica da EAFC e dos conteúdos de Suinocultura no processo de formação dos alunos da EAFC, desde a Lei Orgânica do Ensino Agrícola, reitera a importância desta pesquisa, pois, até o momento não existe nenhum estudo para verificar de que forma os alunos formados na EAFC estão aplicando os conhecimentos no exercício de sua profissão, sem ter a pretensão de esgotar o tema ou abranger larga escala de egressos da instituição. Esta pesquisa contribuirá, portanto, para que se tenha um parâmetro de como os alunos estão multiplicando os conhecimentos apreendidos na escola, e se estão contribuindo para que os pequenos produtores rurais possam melhorar seus processos de criação.

2.2 Assentamentos Rurais no Nordeste Paraense: Caracterização e Elementos da Dinâmica da Agricultura Familiar na Mesorregião

2.2.1 Os Assentamentos rurais e a reforma agrária no Brasil: apontamentos reflexivos.

Ao tratarmos de assentamento rural, necessariamente somos conduzidos para a discussão de um tema maior que é a reforma agrária, que vem sendo, ao longo de décadas, um dos maiores desafios para os governantes brasileiros. Os problemas são de ordem social, política, econômica e ambiental.

De acordo com Medeiros et. al. (1994) a Reforma Agrária no Brasil consiste precisamente no resgate da terra das mãos de especuladores que a esterilizam, para atribuir-lhe vocação produtiva.

No Brasil, observa-se que a luta pela terra é que dá origem aos assentamentos rurais. Essa luta apoiada pelos movimentos sociais traz em si o caráter educativo, pelas vivências que leva homens e mulheres a reconhecerem e refletirem sobre sua condição de excluídos e, assim, são levados a agirem para mudar tal condição. Desta forma, aprendem a buscar palavras para expor sua luta, sofrimento⁸. Aprendem a buscar nas letras, na leitura e na escrita, instrumentos para mostrar seus sonhos e reivindicar direitos⁹. A ocupação da terra, por sua vez, lhes exige e ensina coisas sobre planejamento, organização, união, espaço e construção.

Segundo Freire (1996), ensinar exige pesquisa, criticidade, risco, aceitação do novo e rejeição a qualquer forma de discriminação, além de reflexão crítica sobre a prática e convicção de que a mudança é possível. Percebe-se que essas características são exigidas no processo de formação e consolidação dos assentamentos

Araújo (2009) escreveu: “Considere-se em primeiro lugar o assentamento rural de reforma agrária como um espaço educativo, no qual homens e mulheres ensinam e aprendem, através da reconstrução de práticas e valores, a pensar.”

A abordagem sobre reforma agrária e assentamentos rurais nos remete para o desenvolvimento da agricultura familiar. Percebe-se que os assentados, na sua grande maioria, desenvolvem esse modelo de agricultura nos lotes. Essas famílias, com características de formação social, política e cultural bastante heterogêneas, vêm ocupando lugar cada vez mais significativo dentro do cenário agrícola brasileiro, exercendo papel de fundamental importância na produção de alimentos, na geração de renda.

Historicamente, as políticas públicas governamentais pouco têm se preocupado em atender as demandas dos produtores rurais familiares com projetos que lhes proporcionem um desenvolvimento sustentável e que estimulem sua permanência no campo, em atividades produtivas e economicamente viáveis.

⁸ Expressão para designar a importância da comunicação no coletivo de agricultores

⁹ Expressa a importância do letramento no cotidiano de vida desses sujeitos

Para Guanziroli & Cardin (2000), a elevação do número de agricultores assentados está entre os fatores que realimentaram a discussão sobre o papel da agricultura familiar no desenvolvimento brasileiro.

Medeiros (2002, p.1) escreveu: “O tema da reforma agrária está presente no debate político nacional, de maneira mais ou menos intensa, pelo menos desde a década de 20, assumindo formas e significados diferenciados”.

A discussão sobre a importância e o papel da agricultura familiar no desenvolvimento agrícola brasileiro vem ganhando força nos últimos anos impulsionada pelo debate sobre desenvolvimento sustentável, geração de emprego e renda, segurança alimentar e desenvolvimento local. A elevação do número de agricultores assentados pela reforma agrária e a criação do PRONAF (Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar) reflete e alimenta este debate na sociedade.

Historicamente, são muitos os conceitos e terminologias adotados na definição da categoria de agricultores familiares, percebendo-se que não existe uma unanimidade dentre os estudiosos, com relação ao conceito do que seria considerada *agricultura familiar*.

Segundo Hurtienne (2005), o desafio para qualquer análise da dinâmica da pequena produção familiar na Amazônia e da sua sustentabilidade reside na dificuldade de considerar a grande diversidade das formas de produção familiar no campo.

Lamarche (1993) definiu a exploração da agricultura familiar como uma unidade de produção agrícola, cuja propriedade e trabalhos estão intimamente ligados à família, assim como a transmissão do patrimônio e a reprodução da exploração. Na sua análise, a interdependência desses três fatores no funcionamento da exploração engendra necessariamente noções mais abstratas e complexas. O autor chamou atenção ainda para a heterogeneidade da exploração familiar em função da diversidade que este tipo de agricultura oferece, face às diferentes dinâmicas histórico-culturais que cada segmento atravessou.

Dessa forma, dentro do mesmo sistema social, observam-se vários modelos de agricultura familiar, que se ajustam ou tentam se ajustar às demandas da sociedade contemporânea e à perspectiva de futuro de cada família, contudo, sem perder a característica familiar de exploração/modo de vida.

Este entendimento evidencia que cada agricultor, em conjunto com sua família, organiza suas estratégias e toma suas decisões segundo uma orientação que tende sempre, em maior ou menor grau, em direção a uma situação conjuntural, esperada ou não. A partir desta dimensão analítica, Lamarche (1993), utilizando a ideia do “tipo ideal”, caracterizou três grandes grupos de agricultores familiares:

- 1) os agricultores cuja finalidade essencial não seria a reprodução enquanto unidade de produção, mas a reprodução familiar¹⁰ (o que ele chama de modelo familiar); 2) ou, simplesmente, a sobrevivência da família (modelo de subsistência); 3) os agricultores familiares que teriam a formação de uma exploração agrícola organizada sobre a base do trabalho assalariado e/ou para obtenção de um “ganho máximo” (modelo de empreendimento agrícola) (LAMARCHE, 1993).

Estas considerações nos permitem concluir que o termo exploração familiar/agricultura familiar, concordando com a análise do autor, dá conta de um conjunto de condições bastante variadas e complexas.

¹⁰ Reprodução familiar se trata aqui da permanência dos sujeitos por gerações como agricultores.

A “exploração familiar não é um elemento da diversidade, mas contém nela mesma toda essa diversidade” Desta forma, o funcionamento da agricultura familiar, deve ser analisado dentro da dinâmica que implica na consideração de que as decisões, individuais e coletivas dos agricultores familiares se dão a partir do patrimônio sócio-cultural que cada agricultor e sua família carregam e das escolhas políticas que lhe dizem respeito, efetuadas pela sociedade em geral, ou seja, a organização das estratégias dos agricultores familiares dependerá da “complementaridade de seu projeto junto ao que a sociedade elaborou para eles” (LAMARCHE, 1993).

No Brasil, os dados do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA – revelam a importância social e econômica da agricultura familiar que representa 85,2% do total dos estabelecimentos rurais e é responsável por 37,9% de toda a produção nacional, sendo ainda, a principal geradora de postos de trabalho no meio rural, embora esta ocupe apenas 30,5% da área total dos estabelecimentos rurais, e conte somente com 25,3% do total dos financiamentos. (INCRA/FAO, 2000).

Em 2003, de acordo com dados do MDA/FIPE (2004) o produto interno bruto (PIB) das cadeias produtivas da agricultura familiar alcançou R\$ 56,6 bilhões, correspondendo a 10,06% do PIB nacional, e em cresceu R\$ 13,4 bilhões, ou seja, 9,37% a mais que no ano anterior. Esse valor é 0,5% superior ao crescimento do PIB nacional e 5,13% superior o crescimento do PIB das cadeias produtivas da agricultura patronal.

Quando comparamos a produtividade sob o aspecto econômico, os dados revelam que na “agricultura familiar se obtém uma média de R\$ 104,00 por ha/ano, enquanto a agricultura patronal produz apenas R\$ 44,00 por ha/ano”. (INCRA; FAO, 2000, p. 21).

A capacidade produtiva demonstrada pela agricultura familiar é ainda maior se considerarmos que esta foi obtida com pouco acesso às políticas públicas de financiamento, assistência técnica, e, conseqüentemente ao aparato tecnológico produtivo.

No que se refere à geração de empregos, os estabelecimentos familiares são os principais geradores de postos de trabalho no meio rural.

No meio rural brasileiro 76,9% dos postos de trabalho são gerados pelo sistema de agricultura familiar. Pesquisas apontam que enquanto os estabelecimentos patronais precisam, em média, de 67ha para gerar um posto de trabalho, os familiares precisam de apenas 13,8ha. No Norte a contradição é ainda mais gritante, pois são necessários 166ha da agricultura patronal para gerar um emprego, enquanto que na agricultura familiar são necessários apenas 14ha. (INCRA/FAO, 2000, p. 25).

Os dados acima destacam de forma incontestável o valor da agricultura familiar e sua viabilidade social, econômica e ambiental frente aos grandes empreendimentos rurais brasileiros.

2.2.2 Agricultura familiar e os assentamentos rurais no Pará

A compreensão da gênese da agricultura familiar no estado do Pará está associada ao modelo de colonização iniciado na Zona Bragantina e espraiado a outras sub-regiões do Pará. Sobre esse assunto, entre outros autores, Penteado (1967) analisa que:

A ocupação agrícola dirigida na Amazônia começou na região Bragantina e deu-se especialmente entre os anos de 1875 e 1914. Esta região, durante

anos, permaneceu intocada. Com a política de colonização que garantia “condições de acesso a terra”, propiciou-se a vinda de imigrantes nordestinos para trabalhar no extrativismo da borracha, fazendo com que ocorressem intensas contradições e desequilíbrios que se revelam no que é hoje a região, parcialmente devastada pela ação do homem. (PENTEADO, 1967).

De acordo com Conceição (1990), o objetivo da política de colonização da Zona Bragantina era atrair migrantes europeus, semelhantemente ao processo ocorrido no Sul do País. A autora revela que:

A colonização da Bragantina resultou, aos olhos dos governantes que a puderam avaliar, o contrário do que eles objetivaram: ao invés de prósperos agricultores europeus, com suas saudáveis famílias a produzirem a fatura, nas proximidades da Capital, o tempo devolveu-lhes os planos preenchidos por agricultores pobres ou remediados, que encontraram nas condições oferecidas pela Bragantina os meios de se reproduzirem como pequenos proprietários familiares (CONCEIÇÃO, 1990, p. 266).

O objetivo principal da colonização dirigida foi o incremento da produção agrícola, através da implantação de novas técnicas de cultivo trazidas pelos europeus, para suprir as necessidades dos moradores da Província do Grão-Pará e os trabalhadores dos seringais. Porém, o governo teve que se contentar com a farinha de mandioca, produzida, principalmente, por nordestinos, que utilizavam-se de técnicas tradicionais, semelhantes às utilizadas pelos nativos da região (EGLER, 1961; CONCEIÇÃO, 1990).

A realidade atual dos assentamentos rurais no Nordeste Paraense está relacionada ao processo de colonização desta região, a sua formação fundiária nos últimos anos e às consequências que estes fatores trouxeram à conjuntura desta mesorregião do Pará, considerada uma das mais antigas do Estado.

No espaço da colonização, foram fundidas as experiências europeias, em números reduzidos; dos nativos, moradores dos sítios à beira dos rios; e dos nordestinos, formando-se assim, a raiz do campesinato bragantino. Conceição (1990, p. 266) afirma sobre esse processo de ocupação e sua gente, que eram:

[...] “retirantes, numa alusão à viagem sem volta, de quem leva consigo tudo o que tem ou de cabeludos e flagelados pelo aspecto com que chegavam a Capital”, fugidos da seca no Nordeste brasileiro ou retornados da experiência de seringueiros, após o período de grande exploração do extrativismo da borracha na Amazônia (CONCEIÇÃO, 1990, p. 266).

Os grandes contingentes populacionais que vieram para o Estado do Pará foram atraídos pelas oportunidades oferecidas pela política de ocupação, contribuindo decisivamente para definição de um perfil quase comum quanto à caracterização e conceituação feitas anteriormente.

As famílias recebiam lotes de 25 ha, com objetivo de produzir para o consumo e vender o excedente (Conceição, 1990; Egler, 1961). Essa política fez com que a região Bragantina se tornasse a mais populosa do Pará na década de 1950.

No período compreendido entre os anos de 1960 e meados de 1980, com a escassez das matas, os agricultores, pressionados pela formação de grandes áreas de pasto, passaram a vender os seus lotes e migrar para os centros urbanos do interior ou da capital do Estado, dando início ao processo de acumulação de terra por colonos migrantes e fazendeiros, que

começavam a chegar à região em busca de grandes áreas (CARDOSO, 2000; IAAM/CERIS, 2000). Cardoso (2000, p. 16) ressalta que:

O projeto agrário para as rodovias federais da região previa que as faixas de 6.600m situadas em cada lado das estradas seriam reservadas para a instalação dos agricultores familiares em lotes de 24 ha. ficando, para as fazendas, as áreas situadas além dessas faixas. Entretanto, o que se observou foi a expulsão dos agricultores familiares para áreas mais distantes, pois no bojo da política de ocupação da Amazônia, a SUDAM, através dos incentivos fiscais beneficiou os grandes proprietários, estimulando a expansão dos latifúndios improdutivos com base numa pecuária hiperextensiva. (CARDOSO 2000, p. 16)

A década de 1980 foi marcada por grande êxodo rural, em decorrência da falta de transporte, crédito, educação precária e a pressão dos grandes projetos agropecuários, ficando apenas os que acreditavam na possibilidade de sobrevivência.

A partir da segunda metade da década de 1980, inicia-se, nas várias microrregiões do nordeste paraense, a reorganização dos movimentos sociais. Esta era fruto da dinâmica nacional impulsionada pelo fim da Ditadura Militar no país, que culminou com a retomada da maioria dos Sindicatos dos Trabalhadores Rurais (STRs) e, conseqüentemente, da Federação dos Trabalhadores da Agricultura (FETAGRI), a partir de 1987, passando a ser conduzida por agricultores familiares.

O movimento chamado de “novo sindicalismo” foi o principal protagonista de uma série de ações no campo, buscando a reorganização sindical através da construção política de uma base de trabalhadores rurais e pequenos agricultores no estado (ANTUNES, 1991).

A luta pela posse da terra na mesorregião do nordeste paraense deu-se em grande parte entre posseiros e grileiros. Estes últimos, após a apropriação de grandes extensões de terras, utilizando-se de documentação falsa, expulsavam os agricultores que ali viviam há décadas.

Muitos dos assentamentos rurais, constituídos no nordeste paraense foram criados a partir da regulamentação jurídica dos agricultores nos assentamentos. Cardoso citado por Vasconcelos (2000) ressaltam, porém, que este aspecto, não os isenta de terem passado por um processo de luta e conquista da terra, muitas vezes à custa de muitas mortes de pequenos agricultores e lideranças sindicais.

Sobre esse assunto, Andrade et. al, (1999) corroboraram com essa visão, ao afirmarem que “[...] outros assentamentos rurais foram formados a partir das ocupações das áreas, realizadas por famílias geralmente organizadas em um movimento social, que após um longo período de resistência conseguem a posse da terra”.

A trajetória histórica desta região possui elementos de tensões sociais que servem como base para a explicação das mudanças ocorridas na vida dos agricultores familiares, tanto no sentido socioeconômico, quanto no aspecto técnico e ambiental, dando-lhes possibilidade de perceber a evolução da estrutura agrária e a modificação da paisagem rural.

Medeiros (1989) aponta os acampamentos e as ocupações de terras como mecanismos de luta pela terra, utilizadas como forma de pressão sobre o governo para apressar a desapropriação das áreas em disputa.

No caso do Nordeste Paraense há estudo sobre território rural que revela que:

O Território do Nordeste Paraense tem como característica a dinâmica de Assentamentos Agrários, totalizando ao todo são quarenta e quatro (44) áreas de assentamentos distribuídas nos municípios de Aurora do Pará, Cachoeira do Piriá, Capitão Poço, Dom Eliseu, Ipixuna do Pará, Nova Esperança do Piriá, Paragominas, São Domingos do Capim, Santa Luzia do

Pará, Ulianópolis, Mãe do Rio e Irituia, com pouco mais de 446.979 hectares com capacidade para assentar 10.286 famílias. O que não supre nem de longe a demanda do Território por reforma agrária (MDA; SDT; FANEP, 2006, p. 36)

Os assentamentos rurais do Nordeste Paraense estão distribuídos e caracterizados conforme demonstrado no Quadro 8 que mostra a relação dos assentamentos existentes no território do nordeste paraense com sua respectiva caracterização.

No Pará, dados de pesquisa do MDA/FAO (2003) apontam para existência de 251.356 famílias de agricultores, representando 46% do total de famílias na região Norte. Estima-se que existam cerca de 900 assentamentos de Reforma Agrária sendo um número significativo de famílias assentadas (BRASIL, 2008).

Observa-se que a agricultura familiar tem assegurado a reorganização dos trabalhadores nas áreas de assentamento rurais no Nordeste Paraense. O contexto também evidencia a necessidade de se repensar as políticas de formação dos técnicos que assistem estes projetos de assentamentos rurais.

Nesse sentido a EAFC de Castanhal vem trabalhando em projetos como PRONERA e Projovem Campo Saberes da Terra voltados para o atendimento deste público.

Quadro 8 - Caracterização dos Assentamentos Rurais no Nordeste Paraense

Município	Projeto de Assentamento	Área (ha)	Capacidade	Nº. de Famílias Assentadas			
				Nº de Famílias	Tituladas	Não Tituladas	Total
							Em 2004
Aurora do Pará	Manoel C de Souza	17.398,800	465	142	225	367	13
	Imperassu	1.842,454	71	31	39	70	-
	Três Irmãos	3.453,000	64	-	44	44	19
	Esperança	2.854,863	68	-	33	33	-
Cachoeira do Piriá	Quilombola	5.377,000	33	-	29	29	-
	Itamoari						
Capitão Poço	São Pedro	9.876,000	261	20	161	181	10
	Itabocal	26.192,000	592	126	429	555	28
	Vale do Bacaba	13.065,000	522	99	419	518	44
	Rio Jabuti	15.915,426	599	138	424	562	13
	Paranoa	16.555,000	400	-	396	396	78
	Água Azul	4.250,000	90	-	80	8º	2
	Canaã	3.925,262	176	-	159	159	13
	Timborana	3.280,000	130	-	109	109	16
	Nova Conquista	1.398,121	46	-	45	45	4
	Jararaca	1.595,880	75	-	37	37	37
Dom Elizeu	Concrein	4.162,9230	63	9	51	60	-
	Rio	8.098,4600	80	-	-	-	-
	D.Elizeu	42, 9190	36	-	36	36	36
Ipixuna do Pará	União I	13.557,833	406	79	166	245	7
	Barcelona	1.333,0000	35	21	13	34	-
	João Batista	3.042,6300	76	62	13	75	-
	Bom Jesus	7.466,0000	120	-	56	56	7
	Minas Pará	10.432,630	288	58	230	288	18
	Candiru	9.951,0000	200	-	196	198	29
	Enalco	14.316,000	390	-	390	360	60
	Bacabal	2.549,2070	35	-	13	13	7
	Progresso	3.302,6780	52	-	55	55	17
Nova Esperança do Piriá	PA Cidapar II Parte	35.081,000	513	40	323	363	112
	Arapuã/Simeira	74.452,000	1.332	100	1.154	1.254	190
Paragominas	Colônia Reunida	4.512,0000	103	8	21	29	-
	Camapuã	6.951,0000	110	45	32	118	-
	Del Rey	7.922,0000	156	-	118	77	5
	Paragonorte	32.095,000	1.205	353	829	1.182	82
	Rio das cruces	3.921,5970	75	-	44	44	4
Santa Luzia	Cristal	1.452,0000	41	-	38	38	9
São Domingos do Capim	Taperussu	3.283,1660	41	-	122	122	42
Ulianópolis	Paragominas/Faiscão	13.068,000	170	1	153	168	11
	Subiju	4.120,0000	40	5	72	7	-
	Floresta Gurupi I	41.897,000	521	-	24	224	8
	Águia	8.740,0000	150	-	122	122	-
	Total	432.777,85	9.911	1.346	7.037	8.261	921

Fonte: Diagnóstico e Planejamento de Desenvolvimento do Território Rural do Nordeste Paraense. FANEP (2006).

2.3 Suinocultura no Brasil e no Pará

A carne suína é a mais produzida e consumida no mundo (43,9% do total), apresentando um crescimento de 8,0% na produção entre os anos de 1994 e 2004, quando, estima-se, deve ter atingido cerca de 88 milhões de toneladas (TALAMINI, 2004).

De acordo com Talamini (2004), a China aparece como principal produtora mundial (44 milhões de toneladas), seguidos da União Europeia (18 milhões de toneladas) e Estados Unidos (8,8 milhões de toneladas); e o Brasil, nesta pesquisa, ainda aparece como o 6º maior produtor de carne suína, apresentando bons níveis de crescimento. Após a década de 1990, atingiu um pico de produção em 2001/2002, estabilizando-a a partir desses anos. Entre 2000 e 2004 o incremento da produção teria sido de 5,6 %, ano em que atingiria a produção de 2,7 milhões de toneladas.

No Brasil, a cadeia produtiva de suínos tem se modernizado bastante. Em algumas regiões do País, os padrões de produção são comparáveis aos de países desenvolvidos. Funciona, principalmente a partir de regime de integração, especialmente nas principais regiões produtoras. A região Sul do Brasil responde por 72,5 % dos abates sob inspeção federal, sendo o Estado de Santa Catarina o maior produtor nacional (32,8%). A produção é pouco expressiva nas regiões Norte e Nordeste, devido à escassez de insumos para alimentação dos animais. (TALAMINI, 2004).

Dados mais recentes colocam o Brasil como o quarto produtor mundial de carne suína em 2010, e deverá continuar sendo em 2011. À frente do Brasil estão a China, a União Europeia e os EUA. O Brasil é quinto consumidor, porque, além dos citados, o país é superado pela Rússia. O Brasil também é e continuará sendo o quarto exportador, seguindo os EUA, a UE e o Canadá (Tabela 1). (RODIGHERI, 2011).

Segundo o USDA a produção mundial em 2011deverá crescer 1,3%, o consumo 1,4%, as importações 6,8% e as exportações 5%. O desempenho do Brasil ficará acima da média em produção (2,5%), em consumo (2,7%) e nas exportações (5%). Os EUA teriam queda na produção e consumo, mas o maior crescimento nas exportações (10,6%).

Dados do INCRA/FAO (INCRA/FAO, 2000) revelam que a agricultura familiar é responsável por grande parte da produção agropecuária no Brasil. Em relação à Suinocultura, cerca de 58% do Valor Bruto da Produção (VBP) vem deste segmento produtivo. Apesar de o Estado do Pará ser o maior produtor de suínos da região Norte, possui pouca tradição na produção suinícola, tendo uma posição sem destaque no cenário nacional.

Tabela 1 – Carne Suína – Maiores Países do Mercado – 2010 – 11

(1000 t*)

País	Produtor		Consumidor		Importador		Exportador	
	2010	2011	2010	2011	2010	2011	2010	2011
China	51.070	52.500	51.097	52.580	535	410	278	330
U E – 27	23.000	22.900	21.271	21.175			1.754	1.750
USA	10.187	10.259	8.653	8.547			1.917	2.121
Brasil	3.195	3.275	2.577	2.646			619	630
Rússia	1.920	1.910	2.773	2.764	858	855		
Vietnã	1.870	1.900	1.881	1.905			13	15
Canadá	1.772	1.745			183	220	1.159	1.180
Japão	1.291	1.285	2.485	2.497	1.198	1.210		
Filipinas	1.255	1.260	1.358	1.359				
México	1.165	1.195	1.774	1.805	687	695	78	85
Coreia do Sul			1.539	1.370	382	600		
Hong Kong					347	360		
Austrália					183	190	41	42
Ucrânia			795	879	146	150		
Subtotal	96.725	98.229	96.203	97.527	4.339	4.690	5.859	6.153
Outros	6.498	6.285	6.750	6.865	1.419	1.462	154	160
Total	103.223	104.514	102.953	104.392	5.758	6.152	6.013	6.313

Fonte: Rodigheri, (2011) – Centro de Socioeconomia e Planejamento Agrícola/ CEPA. Base de dados da USDA – abril/2011.

(*) em equivalente carcaça.

Nos últimos anos, no entanto, tem havido um incremento na criação de suínos no Estado. No caso da agricultura familiar, este aspecto se deu em função do apoio através do crédito rural, principalmente com o PRONAF¹¹, que possibilitou a aquisição de matrizes e instalação de pequenas criações. Estas ações têm ocorrido em sua grande maioria nos assentamentos rurais da reforma agrária em função da necessidade de diversificação da produção e busca de atividades produtivas rentáveis.

As aquisições das matrizes de suínos para criação em assentamentos têm ocorrido, principalmente, nas instituições públicas, a exemplo da EAFC¹² e da Casa Penal do Estado¹³, além de empresas com qualidade garantida de boa produção.

Neste sentido, os sistemas de produção têm tomado formas diferenciadas a partir do conhecimento acumulado dos agricultores sobre determinadas práticas produtivas. A suinocultura, por ser uma atividade desenvolvida de forma rentável recente, passa a depender de uma experiência acumulada a partir de alguma vivência concreta do agricultor, seja no cotidiano da atividade, ou na participação em processos de formação.

O consumo *per capita* de carne suína, no Brasil, tem se estabilizado em torno dos 13,5 kg/ano, considerando que este tem apresentado um crescimento muito lento nos últimos vinte anos, não restam dúvidas de que são fundamentais as ações visando incrementar a participação de carne suína na mesa do brasileiro. De acordo com Talamini (1994), a baixa demanda de carne suína no Brasil, é oriunda principalmente de quatro fatores:

- alto preço da carne no varejo (compete com a carne bovina);
- baixa incorporação de tecnologia na produção, em grande parte do país, comparada ao frango;

¹¹ Estima-se que no Estado do Pará tenham sido realizados mais de 100 mil contratos do PRONAF entre os anos de 2003 a 2005. Cerca de 40% do número de contratos são direcionados à pecuária bovina, atividade predominante na região (GUEDES & FERREIRA, 2006).

¹² A EAFC trabalha com raças melhoradas e fornece para os produtores que estão iniciando na atividade.

¹³ A Casa Penal trabalha também com raças melhoradas e fornece para os produtores que lidam com a atividade.

- mitos e tabus desfavoráveis ao consumo da carne;
- industrialização de boa parte da carne suína produzida agregando valor aos produtos, mas ocasionando, devido aos preços mais elevados, redução no consumo.

Levando em consideração tais fatores, justifica-se que grande parte dos consumidores, por serem de baixo poder aquisitivo, não tenham condições de comprá-los. Deste modo, a melhor forma de dar o acesso destes consumidores à carne suína seria pela produção em pequena escala, com o objetivo de subsistência. Por outro lado, nessa produção em pequena escala, tem-se observado que o nível tecnológico aplicado pode ser baixo até nenhum, comprometendo a produção, em termos tanto qualitativos quanto quantitativos.

A possibilidade de alavancar este setor na região Norte passa, pois, justamente pela produção em pequena escala que está sendo implantada pelos agricultores familiares, já que os grandes projetos que estão funcionando nesta região — como exemplo podemos citar os que são financiados pela SUDAM (Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia) — não têm cumprido em parte com a sua função social que é, entre outras prerrogativas, de estabelecer políticas de fortalecimento do setor buscando parceria com os pequenos produtores.

Observa-se a importância de proporcionar a estes produtores os conhecimentos adequados a sua realidade, como forma de poder colocar o seu produto no nível do mercado em termos de qualidade, e ganhar a credibilidade do consumidor, já que esta atividade sofre preconceitos e tabus por desinformação do consumidor.

A suinocultura nacional caracterizou-se basicamente, até a década de 1970, por uma produção mais extrativa que industrial, sendo, até aquela época, praticada principalmente em propriedades de estrutura familiar, com renda insignificante e sem aplicação de tecnologia adequada. Mais recentemente, com trabalho de fomento das empresas de melhoramento genético e, sobretudo, com o aumento dos níveis de exigência do mercado consumidor pela melhor qualidade do produto, a criação tecnificada tem avançado consideravelmente. Helfant & Rezende (1998), ressaltaram que houve um deslocamento da produção de suínos para os estados do Centro Oeste e também da região Norte em função do aumento da produção de grãos. No entanto, as características de produção são diferenciadas da região Sul e Sudeste, onde a mesma é praticamente realizada através da integração com empresas e cooperativas de produtores. Na região Centro Oeste, caracteriza-se por ser realizada por grandes empresas agropecuárias; e na região Norte por pequenos produtores financiados com créditos do PRONAF.

A suinocultura, no Estado do Pará, não tem avançado como deveria, como é observado em várias iniciativas mal sucedidas de consolidar esta atividade na região por parte dos órgãos públicos. A Secretaria de Estado de Agricultura (SAGRI), na década de 1990, por vários momentos, tentou implantar a atividade junto aos produtores na agricultura familiar do Pará, inclusive com raças de suínos que os técnicos entendiam como adaptáveis à região e para a categoria de produtores rurais, a exemplo da raça Sorocaba¹⁴.

Os primeiros exemplares desta raça foram adquiridas do Estado de São Paulo e distribuídas em vários projetos que não deram a resposta esperada, talvez por não existir, à época, uma política de qualificação técnica para os profissionais que iriam prestar assistência junto aos produtores rurais familiares. A Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM) financiou vários projetos em nível industrial no Estado do Pará, mas estes produtores não fizeram face, na cadeia produtiva, com os agricultores familiares, conduzindo a que estes projetos não tivessem êxito.

¹⁴ A raça Sorocaba foi desenvolvida pelo Professor Godinho, em São Paulo. Os animais apresentam boa rusticidade e devem ser criados em semiconfinamento ou extensivamente, em piquetes.

No Pará, existem várias instituições de ensino e pesquisa que trabalham com a atividade da Suinocultura, entre as quais a EAFC, que há 88 anos vêm trabalhando em formação na área das ciências agrárias, incluindo a formação de Técnicos de nível médio, contemplando, no currículo, conhecimentos de Suinocultura, como mencionado anteriormente.

A clientela que a EAFC atende — e atendeu ao longo da sua existência — na grande maioria, são filhos de agricultores familiares que, na sua formação, devem ou deveriam sair preparados com habilidades para desempenhar, com eficiência, esta atividade mundialmente bem sucedida, tendo em vista que a carne de suíno é a mais apreciada e consumida pelos povos.

Outras instituições de ensino e pesquisa também trabalham com esta atividade, quer na área de qualificação profissional ou de produção de conhecimentos, contribuindo, assim, na formação de excelentes profissionais que atuam em diversos segmentos da sociedade. No entanto, percebe-se que poucos profissionais atuam na atividade suinícola e a mesma não avança na mesma proporção da demanda de mercado, o que, certamente, fortaleceria e consolidaria a atividade na região. Neste contexto, o que se observa da atividade suinícola na região são projetos desenvolvidos por agricultores familiares, que, na sua grande maioria, não detêm as informações básicas de manejo da criação e poucos são assistidos com um acompanhamento técnico, o que coloca em risco outras atividades do segmento (produção animal).

É bom destacar que as instituições de ensino e pesquisa formam bons profissionais tecnicamente. O que não se sabe, é se estes estão sendo preparados para enfrentar as adversidades encontradas na atividade, por vários fatores existentes, como o problema cultural arraigado na região sobre o consumo da carne de suíno, justificando que a mesma proporciona aos consumidores problemas de saúde, o que não é verdade. Outro fator que pode ser destacado é a produção de grãos, que, na região, não supre as demandas do setor, principalmente a produção de milho e soja, alimentos básicos na preparação da ração.

Geralmente, a condicionante para o fortalecimento de determinada atividade está na demanda dos consumidores em relação à oferta dos produtos oriundos dela, que, na região, não ocorre, pois a oferta na produção da suinocultura está bem aquém das necessidades dos consumidores. Pode-se exemplificar com a EAFC-PA, em que a procura é muito grande na aquisição dos animais para a reprodução e para o consumo.

Baseado nestas observações, realizou-se a presente pesquisa com os egressos do curso técnico em agropecuária da Escola Agrotécnica Federal de Castanhal Pará - EAFC, que atuam em assentamentos da reforma agrária no Nordeste Paraense, tendo como objetivos: diagnosticar a ação dos egressos da EAFC sobre a suinocultura praticada nestes assentamentos; analisar a concepção norteadora do processo formativo dos cursos técnicos com ênfase na suinocultura; identificar se a atuação dos egressos da EAFC favorece a difusão de conhecimentos na atividade suinícola nos assentamentos da reforma agrária.

3 METODOLOGIA

3.1 Caracterização Geral do Local de Estudo

O Nordeste Paraense é, de acordo com a divisão administrativa do Estado, a segunda mesorregião¹⁵ mais populosa do Pará e também a com maior concentração da população em áreas rurais. É formada por 47 municípios, dos quais 15 compõem um território com identidade rural cujos municípios são aproximados pela mesma origem histórica e estrutura fundiária. Estes 15 municípios são: Aurora do Pará, Cachoeira do Piriá, Capitão Poço, Dom Eliseu, Garrafão do Norte, Irituia, Ipixuna do Pará, Mãe do Rio, Nova Esperança do Piriá, Ourém, Santa Luzia do Pará, São Domingos do Capim, São Miguel do Guamá, Paragominas, Ulianópolis. A Ilustração 5 situa a localização da mesorregião do Nordeste Paraense, da microrregião do Guamá e municípios limítrofes, lócus do presente estudo.

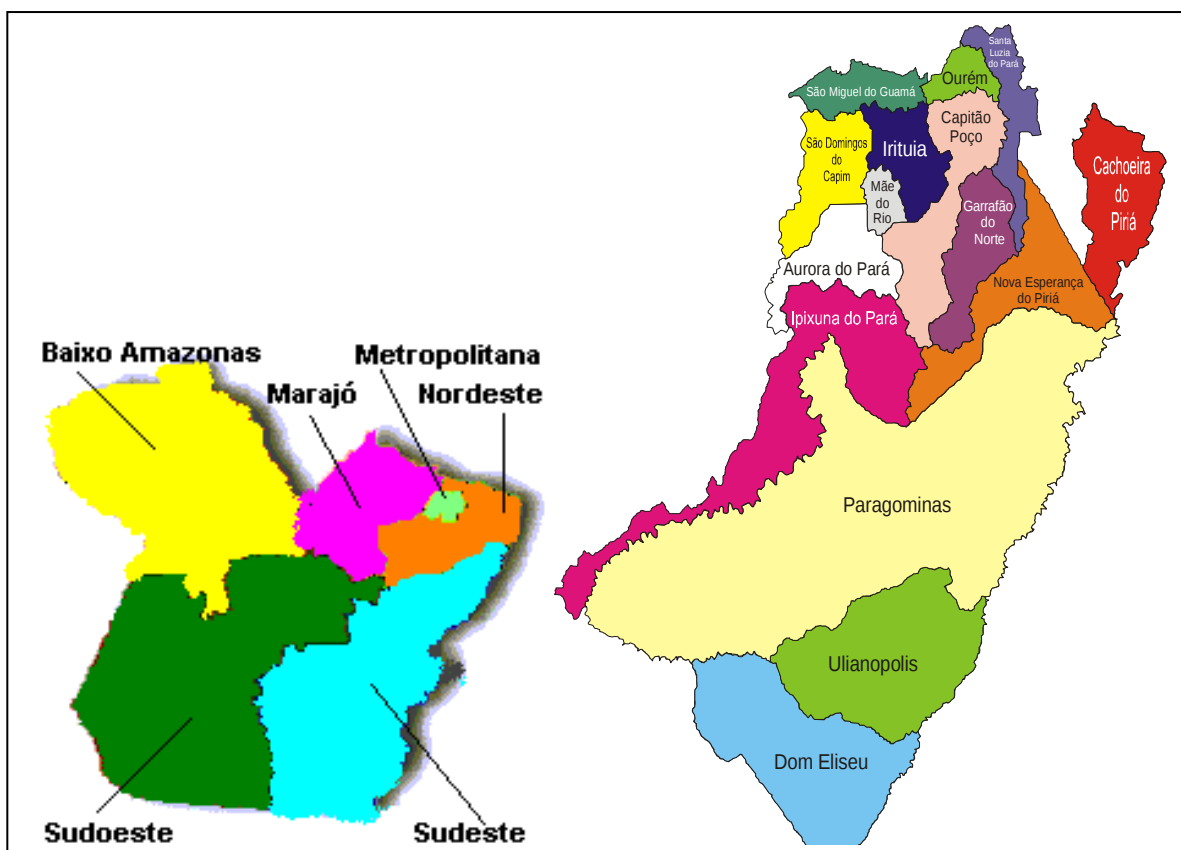


Ilustração 5 – Municípios do Território Nordeste Paraense e Localização do Território no Estado

Fonte: www.pa.gov 2005 e Diagnóstico do Nordeste Paraense – FANEP.

¹⁵ Entende-se por mesorregião uma área individualizada, em uma Unidade da Federação, que apresenta formas de organização do espaço geográfico definidas pelas seguintes dimensões: o processo social, como determinante, o quadro natural como condicionante e, a rede de comunicação e de lugares como elemento de articulação espacial. Divisão do Brasil em Mesorregiões e microregiões. Geografia. Rio de Janeiro: IBGE, (1990, p.08)

De acordo com dados do Censo Demográfico do IBGE de 2000, o território do Nordeste Paraense possui 446.856 habitantes, o que representa 4,2% do total do Estado. A densidade demográfica de 8,4 hab/km² é maior que a do estado, que corresponde a 5 hab/ km², o que revela um espaço geográfico razoavelmente povoado e que vem apresentando crescimento populacional considerável desde a década de 1970. Dadas às características de suas várias atividades econômicas, sua população vive, sobretudo, na zona rural, sendo que esse contingente representa 53,1% da população total.

3.2 Identificação do Público Alvo

Os sujeitos da pesquisa, ora referidos como público-alvo são egressos da EAFC e vinculados à Cooperativa de Prestação de Serviços em Apoio ao Desenvolvimento Rural Sustentável (COODERSUS), que tem sua atuação concentrada nessa microrregião do Guamá e municípios limítrofes de abrangência da EAFC-PA, incluso na mesorregião do nordeste paraense.

A Ilustração 6 mostra a composição desse grupo fundador ora referido.



Ilustração 6. Grupo Fundador da COODERSUS

Fonte: Arquivo do Sr. Telmo, membro fundador

Estes Técnicos compõem o quadro de profissionais da área das ciências agrárias da COODERSUS que presta serviços de assistência técnica junto aos trabalhadores rurais dos assentamentos objetos desta pesquisa. A abrangência de atuação destes profissionais junto à empresa prestadora de serviço de assistência técnica está inserida em varias ações, como já mencionado em relação à COODERSUS, que são executadas por meio de convênios e contratos com os seguintes órgãos: Universidade Federal do Pará (UFPA), Universidade Federal Rural da Amazônia (UFRA), Banco do Brasil (BB), Banco da Amazônia (BASA), Instituto Nacional de Reforma Agrária (INCRA), Associações de Produtores Rurais, Cooperativas de Produtores; Secretarias de Agriculturas dos Municípios em torno da sede, Federação de Apicultura do Pará (FAPIC), dentre outros.

O impacto do trabalho da Cooperativa tem sido significativo: recuperação de mais de 796 hectares de áreas antropizadas nos municípios de Mãe Rio, Aurora do Pará e Ipixuna do Pará; aumento na renda das famílias assentadas; diminuição do êxodo rural; redução do monocultivo, prática essa que predominava na agricultura regional, deslocando-se para a diversificação das atividades (criação de galinha caipira, criação de ovinos, criação de suínos, cultivo do maracujá, cultivo de mamão, piscicultura e apicultura). A maioria dessas atividades

gera renda em curto prazo e algumas o ano todo, proporcionando assim, uma melhor qualidade de vida.

3.2.1 A experiência da COODERSUS: elementos contextuais

Os sujeitos da pesquisa são vinculados à COODERSUS, que foi fundada no dia 28 de abril de 1998, tendo emergido a partir da necessidade identificada por um grupo de doze Profissionais (Assistentes Sociais, Engenheiros Agrônomos, Técnicos Agropecuários e Veterinários) de gerirem o seu próprio negócio, e com os objetivos de: prestar serviços de Assistência Técnica nas áreas de Reforma Agrária, através do Projeto LUMIAR¹⁶ (atendendo naquele momento a quatro projetos de assentamento, distribuídos nos municípios de Mãe do Rio e Ipixuna do Pará); e, conseqüentemente, melhorar o trabalho de assistência técnica, inovando e proporcionando melhoria da qualidade de vida na agricultura familiar.

A partir do ano de 2002, a COODERSUS passou a atuar em 14 Projetos de Assentamentos, aglutinando 37 profissionais, assistindo 3.635 famílias, localizadas em sete municípios do nordeste paraense, assim especificados: Mãe do Rio, Aurora do Pará, Irituia, Capitão-Poço, Garrafão do Norte e Ipixuna do Pará, sendo que alguns assentamentos estavam localizados em mais de um município. A organização do trabalho da Cooperativa está estruturada em Núcleos, sendo um núcleo central em Mãe do Rio e o outro em Ipixuna do Pará.

Em 2004, a COODERSUS renovou o Convênio com o INCRA através do Programa de Assessoria Técnica Social e Ambiental (ATES), desenvolvendo as seguintes atividades: 1) capacitação de agricultores familiares por meio de cursos e palestras; 2) elaboração de Projetos Técnicos; 3) visitas técnicas às unidades familiares.

3.3 Instrumentais da Pesquisa e Procedimentos Metodológicos

A opção metodológica foi pelo empreendimento de uma pesquisa de cunho qualitativo relevante para a elucidação do objeto-problema de estudo. Entende-se que a definição do processo metodológico de uma pesquisa está intimamente relacionada com o objeto a ser pesquisado.

Assim, elegeu-se o Estudo de Caso, no escopo da pesquisa qualitativa, como o enfoque mais adequado ao processo investigativo, recorrendo-se a procedimentos como aplicação de questionário e entrevista. Tal enfoque possibilita um exame detalhado de um ambiente ou situação em particular, num dado contexto. É ressaltado por Chizzotti (2006, p.136) que “os estudos de caso visam explorar, deste modo, um caso singular, situado na vida real contemporânea, bem delimitada e contextualizada em tempo e lugar para realizar uma busca circunstanciada de informações sobre um caso específico”.

O estudo de caso tem se tornado a modalidade preferida dos pesquisadores que procuram saber como e por que certos fenômenos acontecem; ou dos que se dedicam a analisar eventos sobre os quais a possibilidade de controle é reduzida; ou quando os fenômenos analisados são atuais e só fazem sentido dentro de um contexto específico (GODOY 1995).

Segundo Yin (2001), os dados de um estudo de caso podem derivar de: documentos, registros em arquivos, entrevistas, observação direta, observação participante e artefatos físicos. Sendo que, para o autor, ao realizar uma visita de campo no local escolhido para o

¹⁶ **Projeto Lumiar** – Projeto do Governo Federal realizado pelo INCRA destinado aos serviços de assistência técnica e capacitação às famílias assentadas em projeto de Reforma Agrária.

estudo de caso, cria-se a oportunidade de fazer observações diretas, de comportamentos ou condições ambientais.

Para definição desta pesquisa como *Estudo de Caso*, primeiro foi realizada uma pesquisa exploratória através de uma visita à COODERSUS, quando foi realizada uma entrevista com o presidente da Cooperativa sobre o perfil dos Técnicos, área de abrangência da atuação e elementos característicos da atividade suinícola na microrregião do Guamá.



Ilustração 7. Visita à COODERSUS e aos Assentamentos Rurais

A análise documental também foi um procedimento metodológico fundamental para o processo investigativo deste trabalho. A pesquisa documental, na análise de Severino (2002), do ponto de vista técnico, pode se dar de três formas de documentação: a documentação temática, a documentação bibliográfica e a documentação geral.

A documentação temática foi organizada, sobretudo a partir de pesquisa na internet em *sites* especializados na discussão do desenvolvimento rural. A pesquisa bibliográfica priorizou a consulta de livros e/ou trabalhos acadêmicos como Tese de Doutorado e Dissertação de Mestrado relacionados ao tema. O estudo de fichas de acompanhamento e controle técnico das unidades familiares, relatórios, se constituiu nesse processo, num importante recurso de análise.

Os dados primários foram coletados em pesquisa de campo, durante a qual foram feitas observações nas propriedades rurais onde os agricultores realizam atividades de criação de suínos e recebem orientações de Técnicos em Agropecuária egressos da EAFC.

A imersão no campo de estudo possibilitou o acompanhamento do trabalho desenvolvido pelos Técnicos Agropecuários em assentamentos rurais por meio de oficinas de trabalho, assistência técnica e palestras.

Após as visitas, foi aplicado o questionário aos 23 egressos da EAFC que desenvolvem atividades na COODERSUS na área de abrangência daqueles assentamentos rurais no nordeste paraense em que a atividade suinícola é representativa. O questionário, constante no Apêndice 1 contemplou questões sobre informações pessoais, formação, atividades profissionais, prática da extensão rural e elementos referentes aos conhecimentos apropriados no processo de formação na EAFC.

Após a aplicação dos questionários com os egressos da EAFC que estão trabalhando nos Assentamentos Itabocal e Rio Jabuti, as informações foram sistematizadas para referenciar a análise dos dados na perspectiva de responder à questão-problema da pesquisa e os objetivos propostos. O processo de sistematização e análise é objeto do próximo capítulo, referenciado na matriz de análise, cuja síntese consta no Quadro 9.

Quadro 9. Matriz de Análise do Questionário

Eixo	Elementos do Eixo
Informações Pessoais	
Formação	1. Nível de ensino da formação 2. Tempo de formação como Técnico Agropecuário 3. Formação continuada
Atuação Profissional	1. Tempo de atuação profissional 2. Tempo de atuação na Extensão Rural
Conhecimentos apreendidos na formação técnica	1. Contribuição para o exercício profissional 2. Os conhecimentos melhoram o processo de criação
Assistência Técnica	1. Contribuição para a melhoria da produção de suínos 2. Diálogo de saberes
Atividade Produtiva da Suinocultura nos Assentamentos	1. Relação do conhecimento e melhoria do processo de criação 2. Relação do tipo de criação com o tamanho da propriedade 3. Relação com as políticas públicas 4. Relação da produção e renda

Uma vez analisados os questionários obtidos, o conteúdo dos mesmos foi confrontado com os Planos de Curso da EAFC, referentes ao período que os Técnicos foram formados na Instituição, com o objetivo de verificar quais conteúdos faziam parte do desenho curricular e se estes contribuíram para o exercício profissional dos Técnicos em Agropecuária que estão prestando assistência técnica aos agricultores do Assentamento Itabocal e Rio Jabuti.

A análise dos Planos de Curso também objetivou referenciar se houve, durante o planejamento das ações pedagógicas da EAFC, preocupação em discutir as especificidades das populações rurais para a contextualização das ações pedagógicas da referida Escola.

Na perspectiva do aprofundamento do estudo, realizou-se um processo de entrevista no atual setor de suinocultura da EAFC, com uma parte dos egressos participantes da pesquisa. Entre outros elementos, a entrevista revelou que, dos assentamentos assistidos tecnicamente pela COODERSUS, dois se destacam na atividade suinícola: o assentamento Itabocal e o Rio Jabuti, localizados respectivamente no município de Aurora do Pará e Capitão Poço, localizados na Rodovia PA 124, km 69. Nesses assentamentos, segundo o depoimento em entrevista, estava assentado um total de 568 famílias, das quais aproximadamente 40 desenvolviam a atividade. Em ambos os assentamentos, a assistência era viabilizada por Técnicos Agropecuários egressos da EAFC-PA, fator esse decisivo para concentração da pesquisa nessa área, considerando que a ocorrência da atividade suinícola

associada à assistência técnica por egressos da EAFC-PA estava de acordo com os propósitos enunciados.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

ATIVIDADE SUINÍCOLA NOS ASSENTAMENTOS RURAIS NO NORDESTE PARAENSE; A PRÁXIS DOS TÉCNICOS EM AGROPECUÁRIA EGRESSOS DA EAFC

Como já exposto, participaram da pesquisa como respondentes ao questionário, 23 Técnicos Agropecuários egressos da EAFC que prestam serviços à COODERSUS, sendo, deste total, 21 do sexo masculino e 2 do sexo feminino, como demonstrado no Gráfico 1.

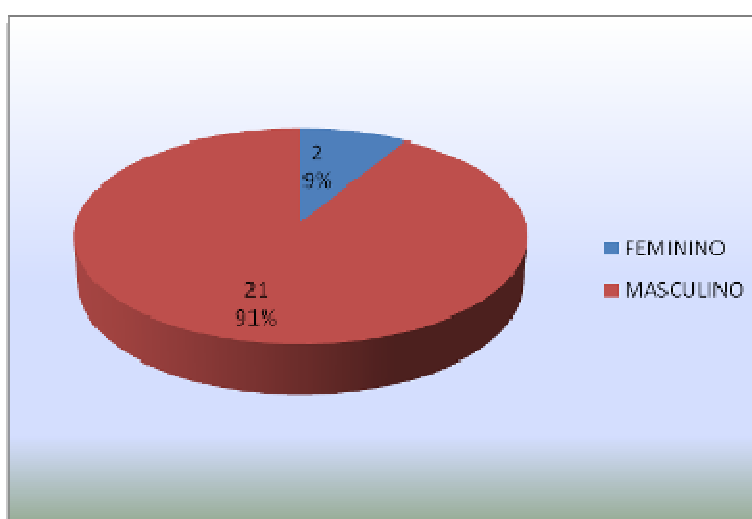


Gráfico 1 – Gênero dos Sujeitos da Pesquisa

Como gênese dessa seção, este dado se torna relevante no sentido de que as reflexões realizadas nesta pesquisa foram feitas por uma maioria masculina, o que poderia desvelar um olhar distinto na possibilidade de uma equidade de gêneros na assistência técnica. Por outro lado, também pode revelar que o ingresso de aprendizes na formação agropecuária se dá com maioria masculina configurando uma profissão ainda típica deste gênero.

4.1 Formação dos Egressos

A formação dos egressos foi analisada a partir de três elementos principais: o nível de ensino de formação, o tempo de formado como Técnico Agropecuário e a qualificação profissional em termos de formação continuada.

4.1.1 Nível acadêmico de formação

Ao analisar os dados, percebe-se que 21 (vinte e um) dos 23 (vinte e três) egressos da EAFC-PA, no que se refere à formação acadêmica permanecem com o nível de ensino médio no Curso Técnico Agropecuário cursado na Instituição, e apenas 2 (dois) possuem o curso superior, como é ilustrado no Gráfico 2.

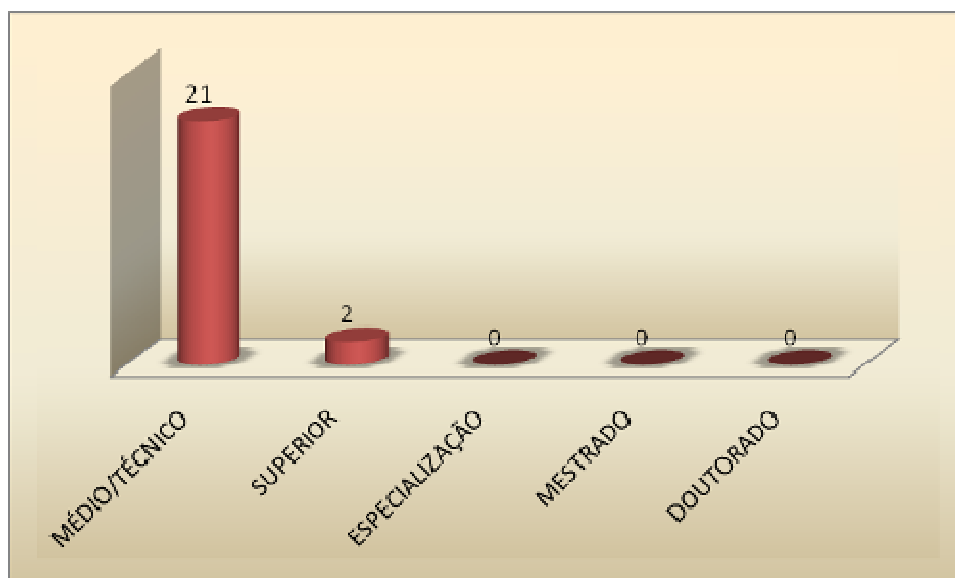


Gráfico 2 – Nível de Formação dos Egressos da EAFC sujeitos da pesquisa

Tais dados explicam-se, provavelmente, pela inserção dos Técnicos em uma região de difícil acesso a cursos superiores na área das ciências agrárias. Considere-se que, somente no início da década presente, a Universidade Federal do Pará iniciou a implantação e oferta do Curso de Medicina Veterinária com ênfase na gestão de fazendas, o que ainda é distante da atuação dos egressos da EAFC. Além disso, os demais Cursos estão situados na capital do Estado, na região sudoeste e no oeste do Pará, o que dificulta o avanço em nível superior de formação. O processo de interiorização da área das ciências agrárias pelas Universidades Federais – UFPA e UFRA – é recente, a partir do final da década passada com expansão na atual década.

Outro elemento de análise relaciona-se à opção dos egressos em continuar com o curso Técnico em Agropecuária de nível médio em função da necessidade de trabalhar nas ações de Assistência Técnica em Assentamentos Rurais da Região, buscando contribuir para a melhoria de condições de vida dos agricultores (as) familiares do Nordeste Paraense, cuja inserção profissional é garantida pela demanda acentuada.

Analizando um trabalho de pesquisa nacional sobre egressos dos Cursos Técnicos da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica, constatou-se que 44% atuam na área do Curso Técnico em que se formaram, e 21% em áreas correlatas. Essa estreita relação com o mercado de trabalho mantém-se, praticamente, em todas as regiões do país, exceto na região Sul, onde a situação é melhor que a média nacional (PATRÃO e FERES, 2009). Os dados da presente pesquisa, portanto, corroboram os dados nacionais.

4.1.2 Tempo de formação

A grande maioria dos egressos tem menos de 10 (dez) anos de formados (66%) e 30% informaram que tinham mais de 10 (dez) anos de formados, como é demonstrado no Gráfico 3, o que indica que a concepção norteadora da formação foi referenciada no escopo das reformas da educação profissional empreendida a partir da LDB e da legislação correlata dos últimos anos da década de 1990.

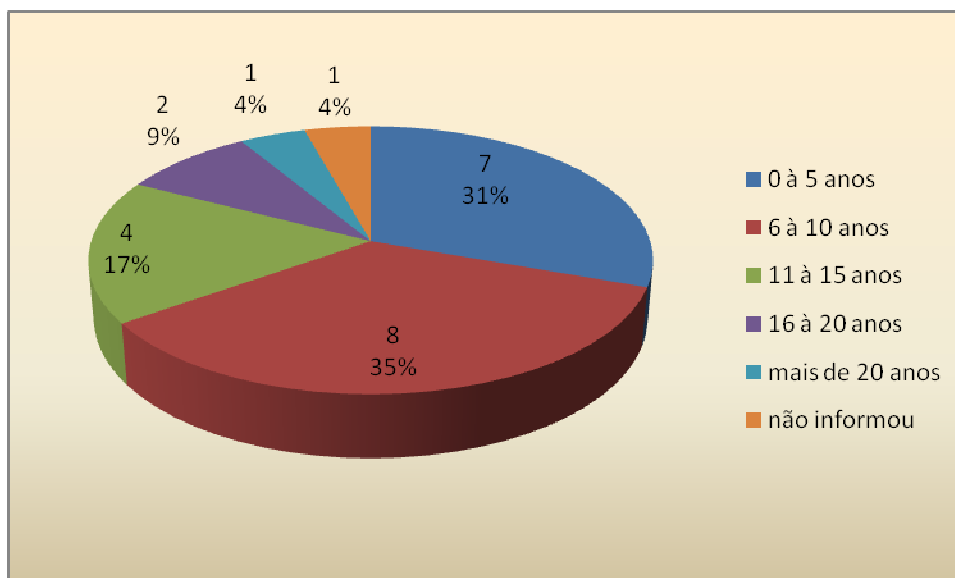


Gráfico 3 – Tempo de formação como Técnico em Agropecuária

Em termos curriculares, isso significa fazer uma análise do currículo ligado à disciplina de Suinocultura de pelo menos os últimos 15 (quinze) anos para verificar se os conteúdos ministrados têm conexão com a realidade da prática de extensão rural realizada pelos egressos.

4.1.3 Formação continuada

A análise sobre a qualificação profissional em termos de formação continuada pelos egressos da EAFC revela que 35% (trinta e cinco) já realizaram até 5 (cinco) cursos de qualificação profissional e 13% (treze) já realizaram entre 6 (seis) e 10 (dez) cursos, como é demonstrado no Gráfico 4.

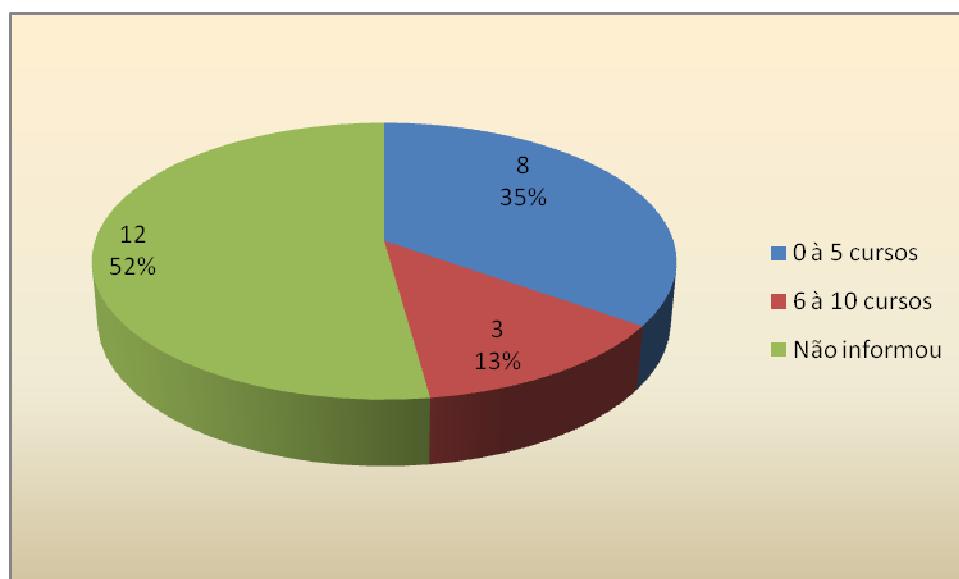


Gráfico 4 – Cursos de Qualificação na Área Agropecuária

Os dados revelam que quase a metade dos egressos tem preocupação de realizar cursos de qualificação profissional, com objetivo de atualização no que se refere a novos processos de formação profissional, o que desafia a oferta pelas instituições de ensino, particularmente as situadas na mesorregião do nordeste paraense.

4.2 Extensão Rural: A Atuação dos Técnicos em Agropecuária, Egressos da EAFC

Observa-se, na pesquisa realizada, que 74% dos egressos trabalham como Técnicos em Agropecuária há até dez anos e 22% trabalham entre 11 e 20 anos, dados esses sintetizados no Gráfico 5.

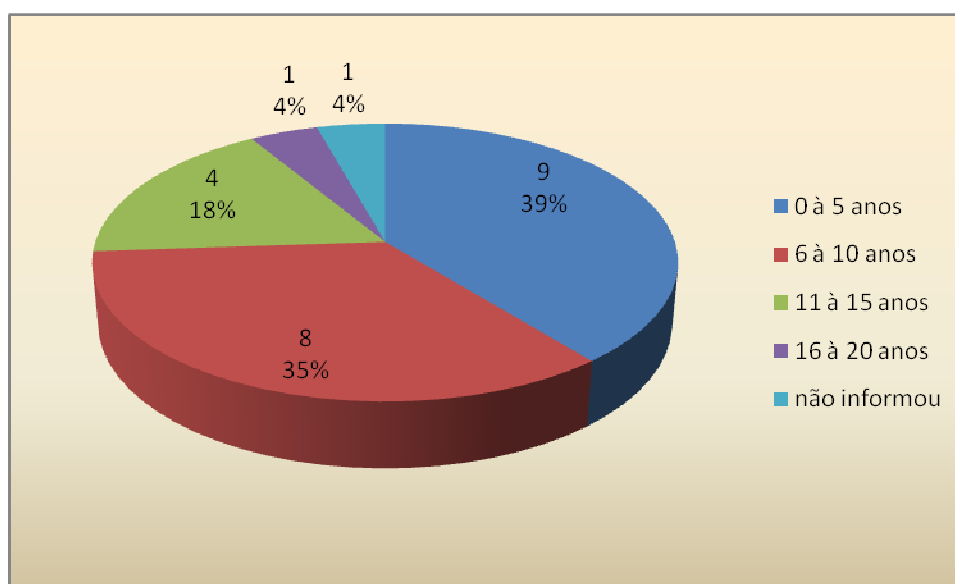


Gráfico 5 – Tempo de Atuação Profissional como Técnico em Agropecuária

Diversos estudos e análises mencionam a importância da assistência técnica como uma dimensão constitutiva da viabilidade econômica e social dos assentamentos rurais e da própria agricultura familiar. Ao mesmo tempo, estes estudos e análises ressaltam os impasses e as dificuldades enfrentadas pelos serviços de assistência técnica e extensão rural, que se desdobram em dificuldades e limites para a execução de créditos e recursos e viabilização dos assentamentos rurais como estratégias de desenvolvimento rural.

A Assistência Técnica e Extensão Rural é tema recorrente na literatura científica, quase sempre com ênfase na sua eficiência, na perspectiva de se encontrar as “falhas” e as soluções para fazê-la mais eficiente na transmissão de técnicas inovadoras aos agricultores. Neste contexto, as próprias funções dos técnicos sofrem diversas modificações, indefinições e até contradições, pois sua ação, que deveria ter um caráter educativo amplo, e onde o técnico deveria tornar-se um portador de relações democráticas (INCRA, 2001), utilizando práticas participativas, passa a ter caráter de fiscalização, além de ter seu tempo consumido, sobretudo, na elaboração de projetos de crédito. (HALMENSCHLAGER, 2003).

Em relação ao tempo que trabalha na Assistência Técnica e Extensão Rural em assentamentos de Reforma Agrária, a maioria respondeu que desenvolve estas atividades há menos de cinco anos (48%); 30% entre seis e dez anos e 22% entre 11 e 15 anos, como ilustra o Gráfico 6.

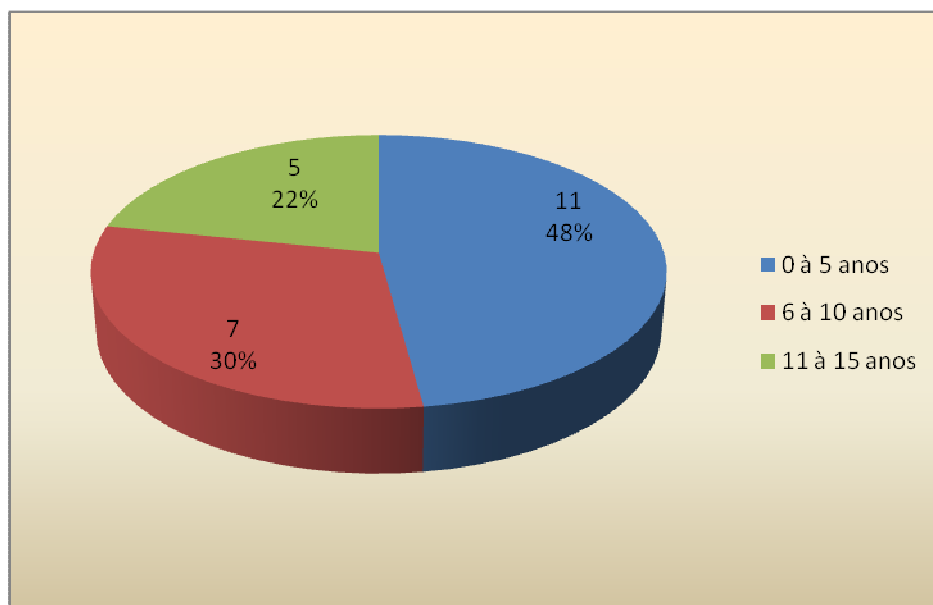


Gráfico 6 – Tempo de Atuação na Extensão Rural

O Gráfico 6 é revelador de um perfil relativamente novo no que diz respeito à atuação profissional. Este aspecto relaciona-se com a grande demanda de profissionais das Ciências Agrárias, em especial, de Técnicos dispostos a atuarem diretamente no campo. Esta demanda foi gerada a partir dos anos 90 com a criação de diversos assentamentos rurais em nível nacional e estadual¹⁷, e impulsionada, em 1997, pelo INCRA com a criação do Projeto Lumiar, com o objetivo de implantar um serviço descentralizado de apoio às famílias assentadas nos Projetos de Assentamentos (PA's), mediante uma terceirização da atividade de Assistência Técnica de Extensão Rural (ATER).

Neste período, surgem várias Cooperativas de Técnicos que passam a executar atividades nestes assentamentos no nordeste do Pará. Os egressos da EAFC se incorporam nesta estratégia, fundando a COODERSUS.

De forma geral, no Brasil, estes profissionais são denominados de “extensionistas” nos órgãos tradicionais de extensão e pesquisa, termo que deriva de extensão, que por sua vez tem origem no vocábulo latino *extensione* e tem o significado, dentre outros, de “ato ou efeito de estender (-se)”. A utilização deste termo para definir este profissional foi criticada por Paulo Freire (1998), pois a acepção no contexto significaria estender algo a alguém, no caso o Técnico estenderia o seu conhecimento, tido como mais eficiente principalmente no que concerne ao âmbito produtivo-econômico, ao agricultor. (HALMENSCHLAGER, 2003).

Caporal (2003) ressalta a importância de formar profissionais com capacidade de percepção sobre as relações existentes entre homens-natureza. Segundo o autor, a maioria das Instituições (Universidades e Escolas Técnicas) brasileiras adotou um modelo que privilegia a divisão disciplinar, a especialização e, por consequência, a difusão de receitas e pacotes tecnológicos.

Os profissionais egressos, em geral, não tiveram, assim, a oportunidade de chegar a uma compreensão da agricultura como uma atividade que, além de sua função de produzir bens, é um processo que implica uma relação entre o homem e o ecossistema onde vive e trabalha, sem considerar que, para muitos agricultores, esta atividade se confunde com seu

¹⁷ Estima-se que no estado do Pará, tem-se um quantitativo de quase 900 assentamentos rurais de Reforma Agrária. MDA/FAO (2003)

modo de vida. Neste sentido, torna-se premente a necessidade destes egressos se qualificarem constantemente, visando a sua atualização profissional.

Em acompanhamento dos Técnicos egressos da EAFC, no decurso da pesquisa de campo, nos projetos de suinocultura implantados e assistidos pelos mesmos, percebeu-se que as informações técnicas são repassadas dentro das possibilidades que lhes são oferecidas no que tange à frequência de visitas nas propriedades. No entanto, a informação trabalhada junto aos produtores em relação à atividade de suinocultura merece uma contextualização, tendo em vista que os mesmos, ao terem acesso ao Projeto de suinocultura financiado pelos Bancos (PRONAF A¹⁸), não detinham os conhecimentos dos manejos a serem trabalhados com as raças de suínos melhoradas; não possuíam informações sobre as exigências destas raças em relação às raças comuns e o tipo de manejo destes animais nas instalações indicadas pelos projetos. Enxerga-se nesta situação, a grande dificuldade de introdução de nova tecnologia nas propriedades rurais, o que não é exclusividade de região, mas, sim do Brasil como um todo. Relata-se, a seguir, o depoimento de um dos entrevistados, a título de exemplo:

Como já foi colocado aí, a questão da suinocultura, ela é o básico. Foram colocados aí alguns problemas, como a questão da alimentação, a questão da raça, a questão da infraestrutura. Mas tem um também que deve-se falar que atrapalha também. É o trabalho mais específico com o suíno. Porque na realidade, a suinocultura, ou seja, numa atividade específica a gente não dá muita atenção para ela, e você sabe que a atividade da suinocultura, ela precisa desse acompanhamento técnico. Estar exclusivo para cuidar desses animais. Qual é a questão? Nós passávamos 3(três) vezes por ano na propriedade [assistência técnica], agora passamos 6 vezes ao ano na propriedade de cada um desses agricultores. Ou seja, nós passamos uma vez, duas vezes a cada três meses. Então nesse período aí acontece muita coisa, com o trabalho mais diário, com a formação do produtor, se o produtor tivesse um conhecimento apropriado, ele poderia mudar algumas situações. Essa também é a questão que eu vejo como uma dificuldade. (Marcio de Paulo Dias, Técnico da COODERSUS, 2009)

Os Técnicos egressos percebem a dificuldade em assessorar os agricultores cotidianamente. A proposta de Assistência Técnica não prevê este tipo de acompanhamento. Na visita às áreas de criações de suínos percebeu-se, ainda, que os agricultores que fazem parte dos assentamentos possuem um acompanhamento mínimo dos Técnicos, o que, certamente compromete a qualidade da produção. No entanto, quando se observam áreas de agricultores familiares na região que não fazem parte da política de Reforma Agrária, a situação é ainda pior, conforme comenta um dos egressos:

E se a assistência técnica for definida para a atividade de suíno não tem como ter hoje a extensão rural para Agricultura Familiar. Quando é assentamento há ainda essa frequência de 6(seis) vezes ao ano, mas é que aparece às vezes quando há necessidade. Quando há necessidade real naquele momento ele não aparece. Tem um calendário. Então o acompanhamento, a orientação contínua da atividade, eu tenho convicção que seria um ponto fundamental para o sucesso da atividade na região. Desde já eles têm o suíno como um animal, uma galinha no terreiro. Tem que mudar essa situação! (Aristóteles Nunes da Silva, Técnico da COODERSUS, 2009).

¹⁸ Linha de crédito específica para assentados da Reforma Agrária, através do Programa Nacional de Apoio a Agricultura Familiar – PRONAF.

Além disso, constatou-se que a assessoria realizada nos assentamentos rurais é levada a desenvolver as atividades a partir de uma política de crédito estabelecida pelos órgãos de fomento e o INCRA. Os Projetos elaborados precisam seguir verdadeiros rituais para aprovação, o que em muitas vezes acaba por desconsiderar a real necessidade das famílias assentadas. No caso dos Projetos de suinocultura não foi diferente. A elaboração tem que seguir as regras estabelecidas pelos Bancos, para o qual o principal critério é a viabilidade econômica da atividade e não o desenvolvimento efetivo dos sistemas de produção das famílias, conforme relata um dos egressos:

Uma experiência que tivemos lá [nos assentamentos], antes tentou fazer uma estrutura que chegasse pelo menos, na medida do possível, de acordo com a liberação dos recursos através do PRONAF. A estrutura que foi idealizada para os projetos foi razoável. Primeiro passo, o investimento era pouco. [...] A aprovação dos projetos do PRONAF tinha como proposição ainda a diversificação no investimento, no suíno e em outras atividades. O que a gente pretendeu fazer? Criar uma estrutura coberta com Brasilit, com uma área acimentada, uma área extensa, semi-intensivo. A criação em área cercada com arame, arame liso. Essa foi a estrutura que foi criada. E com uma estrutura para acomodar a fêmea na hora da parição. Previa ração inicial, mas não o total, porque se a gente botasse na totalidade, na hora não tinha condição econômica. Porque a gente sabe que comprar ração para um agricultor pequeno, não dá. A ração era comprada pronta. Aí a questão das alternativas. Por isso que eu falo, nossa região tem que ter alternativas. Por exemplo, lá em Paragominas, é bem diferente. Lá tem farelo soja, milho e alternativas para se fazer a aquisição da ração. (Márcio Dias, Técnico da COODERSUS, 2009)

As condições em que os produtores tiveram acesso a estes projetos, na sua grande maioria, não refletem a realidade existente na atividade básica desempenhada em seu lote, tendo em vista, que não há um diagnóstico preciso das atividades que se processam nos projetos de financiamento pelos órgãos de fomento para os produtores rurais. Como afirma Hébette (2004), a assistência técnica prestada aos produtores rurais pelos Técnicos não é baseada em um diagnóstico preciso que antecede a aprovação do financiamento ao produtor, argumento esse do autor corroborado pelo depoimento de um Técnico egresso em entrevista:

Os Técnicos um pouco lúcidos não se deixam enganar. Sabem que a “assistência técnica” é determinada – praticamente condicionada – pelo financiamento; sabem que o financiamento depende de fatores seletivos de natureza física (como acessibilidade da área) e social, que marginalizam categorias e privilegiam outras; sabem que o volume de financiamento tem correlação muito fraca com o volume e qualidade da produção; sabem que o retorno do crédito apenas parcialmente em nível de produção agrícola; sabem que pequenos produtores são asfixiados por falta de liquidez enquanto grandes se afogam por excesso de financiamento. Mas são simples executores de um segmento do “modelo” agrícola nacional. (Técnico egresso)

Neste sentido, o que se observou foi que os projetos se tornaram inviáveis. Os produtores rurais tiveram que compensar o pagamento do financiamento de outras atividades existentes no seu lote para honrar os seus compromissos com os Bancos e evitarem seus nomes em protestos econômicos e listas de inadimplentes.

4.3 Conhecimentos Apreendidos e a Formação Profissional

A ampla maioria dos egressos (96%) informou que os conhecimentos que apreenderam sobre suínos durante o tempo que estudaram na EAFC estariam contribuindo para o exercício da profissão como extensionista, como é demonstrado no Gráfico 7.

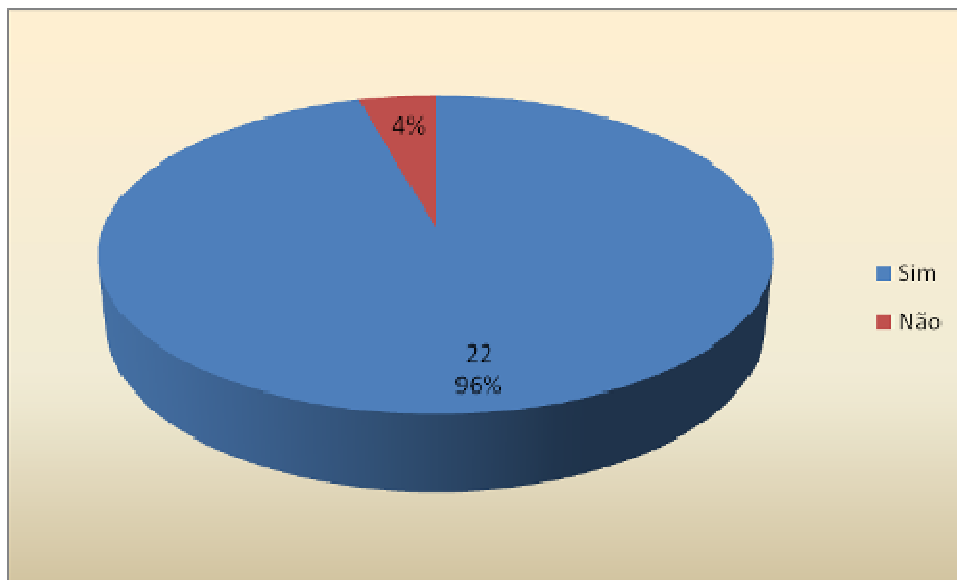


Gráfico 7 – Contribuição do Conhecimento sobre Suínos no Exercício Profissional como Extensionista.

Embora a EAFC não forme profissionais especificamente para atuarem com Extensão Rural, a grande maioria, pelo menos nos primeiros anos de formados, acaba vivenciando experiências como Técnicos de extensão rural. Este fato se deve principalmente pela oferta de vagas nas Prestadoras de Serviços que atuam com a Assistência Técnica, Social e Ambiental (ATES), incentivada pela Política de Reforma Agrária do Governo Federal. Neste sentido, o processo de formação do Técnico se complementa de uma forma dialogada e problematizada, a partir da vivência cotidiana na realidade dos assentamentos de Reforma Agrária (FREIRE, 1983).

No caso da assistência técnica ofertada aos assentados da Reforma Agrária atendidos pelos egressos sujeitos da pesquisa, 100% responderam que a assistência técnica tem melhorado a produção de suínos nas propriedades rurais.

O depoimento de um dos egressos é revelador de importantes elementos em relação ao processo formativo dinamizado na EAFC, pois mesmo todos os informantes considerando que a assistência que vem sendo prestada contribui para a melhoria da produção, expressam uma visão crítica sobre as limitações do ensino de suinocultura, como é argumentado por Marcio de Paulo Dias.

A atividade de suinocultura, para nós alunos, posso te dizer que ela foi assim bem básica. O que nós aprendemos? A castrar, cortar a cauda dos leitões, cortar os dentes, o cordão umbilical, aplicação do medicamento ferro, certo que hoje, ela aplicada na prática no campo ela é pouco praticada. Porque devido também à característica da região, a cultura do povo que está lá, no trabalho com suíno, ainda não trabalha a atividade como fonte de renda, como alternativa de fonte de renda. Trabalha mais com a alimentação alternativa. E assim, a suinocultura ainda ela não recebeu por parte da

assistência técnica dos assentados a atenção voltada para a tecnologia que ela merece. Merece para ela poder ser viável no campo. Além da infraestrutura que é muito precária lá, ainda no campo, tem a questão de falta de planejamento, que a gente sabe que todo empreendimento ele tem que ser muito bem planejado, muito bem implantado. A suinocultura ela não é simples, assim, para tu implantar. Ele (produtor) às vezes prioriza muito mais as outras atividades, no caso da nossa região aqui é a mandioca, a bovinocultura, a pimenta-do-reino, etc. Então, a suinocultura ela ainda entra como uma alternativa alimentar e no mercado ela se expressa nas feiras livres sem o controle sanitário devido. (Márcio de Paulo Dias, Técnico da COODERSUS, 2009).

A visão do egresso aponta a insuficiência dos conteúdos ministrados e a descontextualização da formação, indicando que os conhecimentos adquiridos na formação na EAFC, em grande medida, não estão adaptados à realidade e ao contexto vivenciado nos assentamentos rurais. A visão do egresso, em relação aos conhecimentos apreendidos na Instituição, confirma a fragmentação das informações no ensino profissional, instituído pelo o Decreto 2.288/97 (Brasil, 1997), pois foi neste contexto que o mesmo se formou.

Os dados observados nesta pesquisa apontam a importância e a necessidade de haver pesquisa que invista na análise curricular de um período em que a educação profissional e tecnológica sofreu grandes transformações com a implantação do Decreto nº 2.208/97 que apartou o ensino técnico do ensino médio. Tal Decreto contribuiu para aprofundar ainda mais a dualidade já existente na educação brasileira, em que reserva para a elite a formação intelectual e para trabalhadores a qualificação preparatória para o trabalho. O que justifica a grande maioria do universo pesquisado permanecerem como técnico de nível médio.

4.4 Assistência Técnica: Diálogo de Saberes no Exercício Profissional

O diálogo de saberes trata-se de um processo interativo entre os técnicos e agricultores que revela na pesquisa ter sido vivenciado por 61% (sessenta e um) dos egressos, que manifestaram apropriarem-se da experiência dos agricultores, o que lhes possibilita uma (re)significação dos conhecimentos apreendidos na escola sobre a realidade e a dinâmica dos assentamentos rurais.

Aparentemente contraditório com que está sendo dito, a pesquisa também elucidou que 30% (trinta) dos egressos manifestam não terem se apropriado dos conhecimentos dos agricultores. Entretanto, em entrevista complementar ao questionário, realizada no setor de suinocultura da EAFC, estes manifestaram a dificuldade de repassar as informações da atividade por não terem sido preparados para a realidade da agricultura familiar como é demonstrado no Gráfico 8.

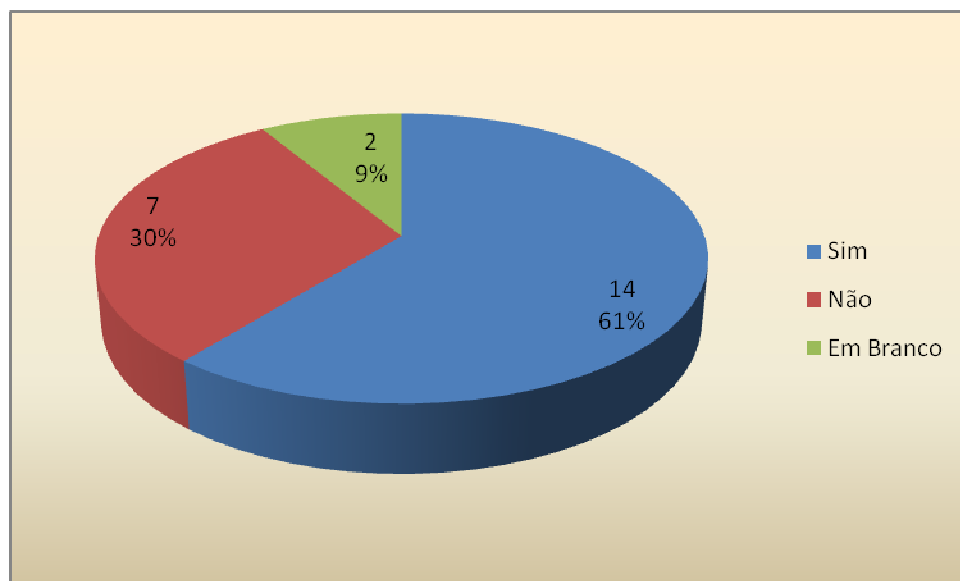


Gráfico 8 – Relação de Aprendizagem entre Técnicos e os Produtores Familiares.

Segundo Paulo Freire (1983), educador-educando e educando-educador, no processo educativo libertador, são ambos sujeitos cognoscentes diante de objetos cognoscíveis, que os mediatizam. Compreendendo que o extensionista é um educador e as informações se processam na troca das experiências entre os sujeitos da ação, é possível afirmar que se constrói uma aprendizagem entre o Técnico e o produtor e que ambos se beneficiam desta aprendizagem. O que se percebe da relação dos Técnicos com os produtores é uma relação de confiança, que a mesma não se processa apenas no campo das orientações técnicas mas também na inclusão do saber popular campesino. Os agricultores têm um acúmulo de informações sobre as diversas atividades que são trabalhadas em sua propriedade, adquiridas ao longo dos anos, através das observações, e que os extensionistas não devem ignorá-las. Este processo de aprendizagem se complementa entre os sujeitos e as ações.

4.5 Atividade Produtiva da Suinocultura nos Assentamentos

Ao estudar os projetos de criação de suínos nos assentamentos, a dificuldade mencionada por todos os produtores foi a de manter a atividade por não disponibilizarem de condições para fazer a aquisição da ração ou dos ingredientes para a fabricação da mesma, devido ao alto custo de tal aquisição, constituindo-se, assim, talvez, num dos principais fatores para a não consolidação da atividade na região pelos produtores rurais.

É interessante observar que, para os órgãos de fomento que financiaram recursos para as atividades em grandes projetos como a SUDAM, o público-alvo não foi o produtor rural e, sim, a classe empresarial, e que estes não fizeram a interface com pequenos produtores; e, portanto, não fortaleceram a atividade e tampouco foram bem sucedidos em seus empreendimentos.

O que pode ser observado nos fatores destacados anteriormente, que possivelmente contribua para o não fortalecimento da atividade na região, é que faltam políticas governamentais bem definidas por parte do Estado junto às instituições de ensino, pesquisa e extensão. Estas seriam necessárias para subsidiar o fortalecimento da cadeia produtiva do Estado, premissa básicas para a consolidação do setor agropecuário, em especial o setor de suinocultura.

Na visão de 100% dos egressos, os conhecimentos técnicos adquiridos na EAFC contribuem para melhorar o processo de criação de suínos em relação ao material genético e manejo adotado pelos criadores, mesmo em se tratando de processos de criação de suínos, em uma situação de pouca estrutura e poucos recursos financeiros.

No entanto, ao refletirem sobre as condições de criação de suínos na dinâmica da agricultura familiar, os Técnicos demonstram certa dificuldade na viabilidade econômica da atividade, principalmente em assentamentos rurais em fase de estruturação. Percebe-se que os motivos são vários, mas podem-se destacar dois em especial: baixo conhecimento dos agricultores sobre os cuidados com a criação, recursos disponíveis insuficientes para manutenção da criação nas propriedades; e o acompanhamento técnico esporádico durante a fase de criação, impossibilitando uma assessoria mais cotidiana e adequada.

A concepção norteadora da ação dos Técnicos é que o processo de extensão implica na multiplicação de conhecimentos básicos, na perspectiva, entre outros elementos, dos agricultores adequarem as instalações zootécnicas à sua realidade.

É reconhecido pelos Técnicos que a contribuição mais profissionalizada junto aos agricultores tem possibilitado: a engorda mais rápida dos suínos; o combate à mortalidade; o melhoramento do manejo sanitário dos animais, mesmo com todas as dificuldades encontradas nos assentamentos.

Ainda na ótica dos Técnicos, a cultura de criação (manejo) da maioria dos agricultores é de que os suínos devem ser criados como porcos, como é popularmente conhecido, sem adoção de nenhuma prática de manejo visando melhoria da produtividade, tendo em vista a grande rusticidade dos animais com que têm trabalhado ao longo dos anos. A falta de adoção de manejo adequado, como controle sanitário, principalmente, tem prejudicado os seus criatórios e também as unidades dos vizinhos. Assim, melhorar o manejo é de suma importância para a cadeia na região do nordeste paraense.

Os Técnicos Agropecuários egressos da EAFC especificaram as orientações que têm dado aos agricultores com relação à criação de suínos, podendo ser sintetizadas no Quadro 10, considerando-se a recorrência das respostas descritas no questionário.

Quadro 10 – Orientações dos Técnicos aos Produtores Rurais Descritas no Questionário

Ação	Detalhamento da Ação
Melhoria da qualidade da produção	melhoramento genético de raça construção de instalação de alvenaria alimentação alternativa
Alimentação e/ou Nutrição	uso de alimentação alternativa utilizando: folhas e rasps de mandioca; cuidados com porcas gestantes e recém paridas; aplicação de ferro e vermífugo; produção alternativa de ração aplicação de ferro em combate a anemia aplicação de vitaminas
Instalações	instalações rústicas para melhor conforto dos animais como seu ambiente natural, como camas de serragens construção de galpão que atenda padrões técnicos exigidos
Sanidade	vacinação manejo sanitário tratamento pós-parto higienização do ambiente manejo adequado com os suínos novos, ou seja, orientação sobre corte das presas, curar o umbigo, castração, etc.

Fonte: Questionário da pesquisa com os egressos, 2009

No que se refere à alimentação alternativa, foi argumentado por um dos Técnicos que isso se constitui numa estratégia para economizar nos custos tendo em vista os altos preços da ração industrializada. Isto faz muito sentido levando em conta que a alimentação representa $\geq 70\%$ dos custos de produção na suinocultura. Em relação à alimentação dos animais, os produtores familiares confirmam que inviabiliza a produção. Esta informação foi repassada por todos os produtores de suínos nos assentamentos em que os Técnicos da COODERSUS prestam assistência técnica. Seria necessário que os produtores pudessem dominar as informações do manejo alimentar para que estes pudessem produzir rações alternativas com a matéria prima produzidas em sua propriedade. Isto tem sido frequentemente discutido pelos Técnicos egressos da EAFC junto a estes agricultores.

Há uma relação direta entre o tipo de criação adotado pelos criadores e o tamanho da propriedade na visão de 39% (trinta e nove) dos egressos sujeitos da pesquisa, enquanto para 61% (sessenta e um) tal relação não está estabelecida, como mostra a o Gráfico 9.

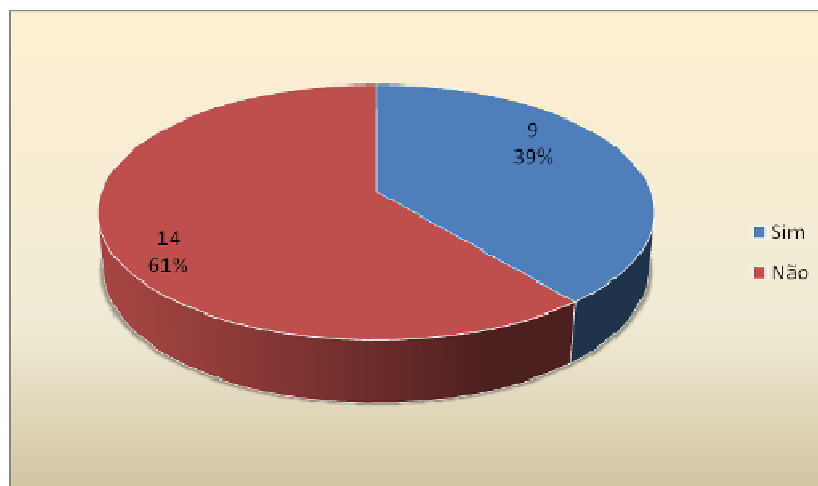


Gráfico 9 – Relação entre Tipo de Criação e Tamanho da Propriedade

A atividade de suinocultura não exige grandes áreas para sua implantação e desenvolvimento, comparando com outras atividades, a exemplo da bovinocultura, que necessita em média de um hectare para criar e manter uma unidade animal. Na suinocultura esta relação é bem diferente, pois numa área de um hectare mantêm-se 200 (duzentos) animais em média. Ao acompanhar os Técnicos em visita aos produtores de suínos no decorrer da pesquisa, foi possível identificar que as propriedades têm espaço suficiente para desempenhar esta atividade sem prejudicar as demais.

Em relação às informações descritas, o que se observou nas propriedades dos produtores de suínos não foi a falta de espaço, mas a dificuldade em conseguir construir uma estrutura adequada para a manutenção da atividade.

Ao estudar os produtores que desempenham a atividade de suinocultura, detecta-se que para os que as conduzem com recursos próprios, os projetos estão melhor estabelecidos. Os projetos implantados com recursos de financiamentos pelos Bancos, têm passado por sérias dificuldades, muitos deles já inviáveis, questão essa afirmada por 100% dos egressos participantes da pesquisa. A alimentação é apontada como principal fator que inviabiliza a produção, como justifica o produtor Francisco Marques dos Santos, quando questionado acerca de por que acabou com seu projeto de criação de suínos: “*ou eu alimento a minha família ou os porcos*” [grifo do Autor].

Os Técnicos também justificam a dificuldade com a alimentação, buscando desenvolver alternativas para a criação de suínos:

Vou lhe falar sobre ração. O produtor que mora próximo da capital, aqui no setor agropecuário as facilidades são maiores, tem os ingredientes para a fabricação da ração, a exemplo o farelo de soja, o milho, etc. O setor agropecuário aqui, para ajudar a suinocultura é quase inexistente nesse tipo de atividade[...]. Se for falar em bovinocultura esta atividade é mais desenvolvida [...]. Bovinocultura é uma coisa, suinocultura é quase inexistente. (Francisco de Assis da Silva Araújo, Técnico da COODERSUS, 2009).

Os produtores justificam que o custo da ração industrializada é elevado para o seu padrão e não têm estrutura para preparar a ração na propriedade, pela falta de informação sobre a fabricação e dificuldades para fazer aquisição da matéria prima para a produção da

mesma. Outro fator mencionado pelos produtores é a falta de equipamentos adequados para o preparo da ração na propriedade, o que inviabiliza de certa forma a produção de suínos.

As dificuldades encontradas na criação de suínos acabam levando os agricultores familiares a estabelecerem a atividade como fonte de renda secundária no sistema de produção dos assentados. Tal constatação foi revelada por 100% dos egressos participantes da pesquisa.

O que se identificou junto aos produtores de suínos, observando as diversas atividades existentes em seu empreendimento agrícola, é que eles têm a criação de suínos como complemento da renda familiar. Isto é natural na agricultura familiar em função da diversidade das atividades como forma de sobrevivência e manutenção da família no campo.

A suinocultura como um empreendimento na agricultura familiar, por si só, não tem sustentabilidade, tendo em vista, que esta atividade concorre com a alimentação do agricultor, levando em consideração ingredientes da ração, exemplificando o principal deles, que é o milho. Por outro lado, a suinocultura na agricultura familiar tem uma importância fundamental no fornecimento de proteína animal para a dieta alimentar dos produtores. Para os egressos, na região há também a questão cultural, pois muitas famílias não vêm na atividade uma fonte de renda lucrativa: “Os agricultores familiares não têm a cultura de trabalhar os suínos como atividade lucrativa” (Aristóteles Nunes da Silva, Técnico da COODERSUS, 2009).

4.6 Concepção Norteadora do Processo Formativo: Análise dos Planos de Curso a Partir da Formação Específica em Suinocultura.

Destacou-se entre os objetivos da presente Dissertação analisar a concepção norteadora do processo formativo dos Cursos Técnicos com ênfase na suinocultura, no contexto da apropriação do diagnóstico.

A análise do currículo e dos Planos de Curso a partir da década de 1990 na EAFC possibilita apreender que a exigência da formação dos Técnicos em Agropecuária, de acordo com os projetos pedagógicos do período de 1997 a 2004, foi baseada num currículo com tendência muito forte para a formação voltada para a Agricultura Patronal¹⁹, com visão teórico-metodológica direcionada ao tecnicismo, conforme testemunha um dos egressos participantes da pesquisa em entrevista:

Nossa formação foi voltada para a produção industrial. Então nós estamos hoje na realidade de agricultura familiar, [...] quando nós chegamos na prática da agricultura familiar, foi aí onde, acredito, a gente não conseguiu transmitir isso aí [conhecimento sobre suinocultura]. Não é “que a gente não detenha o conhecimento” (Márcio de Paulo Dias, Técnico da Coordersus – Nordeste Paraense, 2009)

No entanto, dentro destas mesmas exigências, percebe-se uma formação onde se incorporam temas como o associativismo, cooperativismo e extensão rural junto aos produtores rurais familiares, como se demonstram no quadro 11, referente às competências na formação destes profissionais.

¹⁹ Utilizaremos o conceito de Agricultura Patronal para designar as propriedades que trabalham numa lógica empresarial de grande escala comercial com mão-de-obra contratada (FAO/INCRA, 2000)

Quadro 11 - Competências do Curso Técnico Agrícola com Habilitação em Zootecnia e Agropecuária da EAFC no período 1997 a 2004.

COMPETE AO TÉCNICO HABILITADO EM ZOOTECNIA	COMPETE AO TÉCNICO HABILITADO EM AGROPECUÁRIA
- Elaborar e analisar projetos voltados para a área de zootecnia.	- Gerenciar as diversas empresas ligadas ao setor rural.
- Interpretar a legislação e as normas vigentes.	- Atuar em cooperativas, associações e sindicatos, junto ao produtor na área de extensão rural.
- Organizar e gerenciar as diversas empresas ligadas ao setor rural	- Dominar as diversas técnicas na criação de projetos voltados para área agropecuária.
Atuar nas cooperativas, associações e sindicatos, junto ao produtor na área de extensão rural.	Desenvolver atividades de criação de animais de pequenos, médios e grandes animais.
Dominar as diversas técnicas na criação de animais de pequenos, médios e grandes animais.	Prestar assistência técnica a agricultores na área agrícola como: orientações em adubações, controle de pragas e doenças e elaboração, acompanhamento e avaliação de projetos agropecuários.
Desempenhar a capacidade de produzir mais com redução de custos, melhorando a qualidade de vida do produtor rural.	Dominar as técnicas na utilização de máquinas e equipamentos agrícolas.

Fonte: Projeto de Curso Técnico Agrícola Habilitação Agropecuária e Zootecnia (1999 - 2004).

Percebe-se, ainda, que na construção do desenho curricular dos projetos pedagógicos, já existia uma flexibilização na elaboração dos Planos de Cursos de forma contextualizada com a realidade do mundo do trabalho, o que culminaria com a promulgação do Decreto Nº 5.154 de 23 de julho de 2004 (Brasil, 2004). Este fato trouxe uma nova perspectiva para os cursos de nível médio - técnico profissionalizante. O art. 4º do referido Decreto estabelece que a educação profissional, nos termos do § 2º do art. 40 e parágrafo único do art. 41 da Lei Nº 9.394/1996, será desenvolvida de forma articulada com o ensino médio. Apesar do estabelecido na Lei, a formação profissional neste período seguiu em grande medida desconectada do ensino médio.

Contextualizando, ainda, a formação específica em suinocultura para os cursos Técnicos da EAFC, estes já contemplavam o parecer CNE/CEB Nº 16/99, que trata das Diretrizes Curriculares para a Educação Profissional de nível técnico, baseado na Lei de Diretrizes e Bases da Educação e estabelece as seguintes premissas básicas: “devem possibilitar a definição de metodologias de elaboração de currículos, a partir de competências gerais do técnico da área” e ainda, cada “instituição deve construir seu currículo pleno de modo a considerar as peculiaridades do desenvolvimento tecnológico com flexibilidade e atender as demandas do cidadão, do mercado do trabalho e da sociedade”.

De acordo com o ementário da disciplina de suinocultura extraído dos Planos de Cursos da EAFC, relacionados ao período de formação destes egressos, evidencia-se que os conteúdos foram trabalhados de forma modular como consta da ementa:

O módulo de suinocultura consiste em oportunizar os conhecimentos técnico-científicos, utilizando a interação da teoria-prática como suporte metodológico, a fim de facilitar a comunicação para a reelaboração do

conhecimento, de acordo com o contexto sócio-econômico e político, para o desenvolvimento global do homem como um sujeito do processo educativo. O enfoque deste módulo será dado para atividade suinícola a nível nacional e regional, visando à elaboração de projetos básicos de sustentabilidade da atividade no contexto sócio-econômico da região e inserir este profissional nos diversos setores da economia. (Projeto do Curso de Técnico em Agropecuária com Habilitação em Zootecnia da EAFC - PA, 1999).

O que pode ser avaliado através das informações coletadas nos currículos estudados é que os mesmos vêm sendo desenvolvidos dentro de uma lógica tecnicista. No entanto, percebe-se que a prescrição no ementário denota uma formação voltada para a compreensão dos aspectos sociais com uma visão para elaboração de projetos de sustentabilidade para a região, mas que a execução deste plano de curso seguiu o processo modular orientado por uma terminalidade, incluindo, quando solicitado pelos alunos, a certificação do módulo suinocultura, orientado pela Resolução CNE/CEB Nº 04/99.

5 CONCLUSÃO

Os agricultores familiares ao implantarem os projetos de suinocultura não têm apoio para trabalhar com a atividade e a assistência técnica disponível. Da forma como está sendo trabalhada, não dá conta de atender as demandas dos agricultores.

A falta de informação por parte dos agricultores familiares em relação à produção de suínos torna-se não lucrativa e revela-se importante no autoconsumo das famílias.

A falta de uma política governamental definida para a suinocultura, na agricultura familiar para a região, inviabiliza-a, tornando-a atividade secundária para os produtores.

Os egressos da EAFC, com atividade de assistência técnica em suinocultura nos Assentamentos Rurais do Nordeste Paraense, detêm a informação sobre a atividade da suinocultura, porém desconectada da realidade da agricultura familiar. Há, portanto, necessidade de (re)significação do currículo a partir do aprofundamento de uma pesquisa de egresso, e de repensar os espaços pedagógicos dos setores de pesquisa e produção, bem como o processo de ensino e aprendizagem.

Os egressos da EAFC reconhecem que houve mudanças na atual estrutura curricular e que estas colaboram na diminuição do distanciamento entre o que é ensinado e a realidade dos agricultores familiares.

Os egressos revelaram que têm a preocupação em fazer cursos de atualização profissional para se manterem como sujeitos do processo de transformação nas atividades junto aos agricultores familiares, no fortalecimento e empreendimento da agricultura familiar.

Os Técnicos Egressos da EAFC percebem a dificuldade em assessorar os agricultores familiares cotidianamente, tendo em vista, que a proposta de Assistência Técnica não prevê este tipo de acompanhamento.

A necessidade de se qualificarem demonstrada pelos egressos é justificada pela inserção dos técnicos em uma região de difícil acesso a cursos superiores na área das ciências agrárias, base da sua formação técnica e de atuação profissional, dificultando o avanço em nível superior de formação.

A necessidade de atualização dos egressos passa a ser um desafio da Instituição na implantação de cursos superiores para atender uma demanda voltada a agricultura familiar.

Constatou-se que a assessoria realizada nos assentamentos rurais é levada a desenvolver as atividades a partir de uma política de crédito estabelecida pelos órgãos de fomento. Os Projetos elaborados precisam seguir verdadeiros rituais para aprovação, o que, muitas vezes, acaba por desconsiderar a real necessidade das famílias assentadas.

As condições em que os produtores tiveram acesso a estes projetos, não refletem na sua grande maioria a realidade existente na atividade básica desempenhada em seu lote, não sendo feito um diagnóstico preciso das atividades desenvolvidas nos projetos de financiamento pelos órgãos de fomento para os produtores rurais.

Observa-se que o extensionista é um educador e as informações se processam na troca das experiências entre os sujeitos do processo. É possível afirmar que se constrói uma aprendizagem. O Técnico e o produtor se beneficiam desta aprendizagem na condução e viabilização das atividades de ambos. Afirma-se isso, no sentido de que a formação técnica agrícola não se dá a partir deste parâmetro educacional. Passa mais por um processo de transferência ou difusão do que da interação entre estes sujeitos, o que demonstrou ser um fator limitante ao desenvolvimento de projetos como os da suinocultura.

Detectou-se que, para os agricultores familiares que iniciaram sua atividade com recursos próprios, os projetos estão melhor estabelecidos. No entanto, os projetos implantados

com recursos de financiamentos pelos Bancos, têm passado por sérias dificuldades, muitos deles já se apresentando inviáveis.

6 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.

ANDRADE, J. A. Carvalho de; ALBUQUERQUE, Manoel J.; MENEZES, Conceição R. de. **Lumiar**: projeto de assentamento Luiz Lopes Sobrinho. São Francisco do Pará: INCRA: POEMAR, 1999.

ANTUNES, R. **O novo sindicalismo**. São Paulo: Brasil Urgente, 1991.

ARAÚJO, F. E. F., 2009. (*Observação pessoal*)

BARATA, M. **Disse Adeus**. O Liberal, Belém, 18 de jun. de 1972. Caderno de domingo, p. 7.

BRASIL. **Decreto nº. 70.688, de 8 de junho de 1972**. Autoriza à transferência do Colégio Agrícola Manoel Barata, da sede atual, na localidade de Outeiro, Ilha de Caratateua, Município de Belém, para a Cidade de Castanhal, Município de Castanhal, Estado do Pará. Diário Oficial da União (Seção I - Parte I), p.8, Brasília, 1972.

_____. **Decreto nº. 83.935, de 4 de setembro de 1979**. Altera a denominação dos Estabelecimentos de Ensino. Brasília: Diário Oficial da União de 05 de setembro de 1979.

_____. **Decreto Federal nº. 2.208, de 17/04/1997**. regulamenta o § 2º do art. 36 e os arts. 39 a 40 da Lei Federal nº. 9.394/96. Brasília, 1997.

_____. **Perfil dos serviços de assistência técnica e extensão rural para agricultores familiares e assentados na região norte**. Brasília, DF: MDA, FAO, 2003. 159p.

_____. **Decreto Lei nº. 5154/2004**. Brasília: Diário Oficial da União de 23 de julho de 2004.

_____. **Diretrizes de Funcionamento das Escolas Agrotécnicas**. Brasília: MEC/SENTE, 1990.

_____. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Lei nº. 9.394, de 20/12/1996. Brasília, 1996.

_____. Ministério da Agricultura Indústria e Comércio. **Relatório da Comissão Brasileira junto à missão Oficial Norte Americana de Estudos do Valle do Amazonas**. Rio de Janeiro: Oficinas Typographicas do Serviço de Informações do Ministério da Agricultura, 1924.

_____. Ministério do Desenvolvimento Agrário. **Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (PNATER)**. 22p, Brasília, 2004. Disponível em. <<http://www.mda.gov.br/saf/arquivos/0878513433.pdf.htm>>. Acesso em: 14 mai 2009.

_____. Ministério da Educação. **Lei nº. 1.1892 de 29/12/2008**. Brasília, 2008.

_____. Ministério da Educação. **Parecer CNE/CEB nº. 15, de 01/06/98**. Trata das Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio. Brasília, 1998.

_____. Ministério da Educação. **Parecer CNE/CEB nº. 16/99**. Trata das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Profissional de Nível Técnico. Brasília, 1999.

_____. Ministério da Educação. Referências Curriculares Nacionais da Educação Profissional de Nível Técnico. Brasília: MEC, 2000.

_____. **Novo retrato da agricultura familiar: o Brasil redescoberto**. Brasília, DF: INCRA, 2000. 76p. (Caderno da terra, 8)

_____. MINISTÉRIO DA AGRICULTURA. Decreto Lei nº 9613/1946. **Lei Orgânica do Ensino Agrícola**. Brasília: D.O. de 23 agosto de 1946

CAPORAL, F.R. **Bases para uma nova ATER**. Santa Maria: UFSM, 2003.

CARDOSO, A. (Coord.). **Plano de desenvolvimento do assentamento Cristal – Santa Luzia do Pará**. Belém: INCRA: FADESP: UFPA, 2000.

CARDOSO, A. (Coord.). **Plano de desenvolvimento do projeto de assentamento João Batista - Castanhal/PA**. Belém: INCRA: FADESP: UFPA, 2001.

CHIZZOTTI, A. **Pesquisa Qualitativa em Ciências Sociais**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2006.

CONCEIÇÃO, M. de F. C. da. **Políticas e colonos na Bragantina, estado do Pará: um trem, a terra e a mandioca**. Campinas: UNICAMP, 1990. Originalmente apresentada como dissertação de mestrado, Universidade de Campinas, 1986.

CONCEIÇÃO, M. de F. C. da. Projetos de colonização: as grandes questões. In: IBAMA. **Amazônia: uma proposta interdisciplinar de educação ambiental: temas básicos**. Brasília: IBAMA, 1994.

DIAS, M. de P., Técnico da COODERSUS, 2009, (*Comunicação pessoal*).

EDUCAÇÃO profissional e tecnológica: **Memórias, Contradições e Desafios**. Campus dos Goytacazes, RJ:CEFET Campos, 2006. 449p.

ÉGLER, E. G. A zona Bragantina no estado do Pará. **Revista Brasileira de Geografia**, v.3, n. 23, 1961.

ESCOLA AGROTÉCNICA FEDERAL DE CASTANHAL. **Projeto Político Pedagógico**. 20p, Castanhal, PA, 1997. (mimeo).

ESCOLA AGROTÉCNICA FEDERAL DE CASTANHAL. **Projeto do Curso Técnico em Agropecuária com Habilitação em Zootecnia, 2000** 20p. Castanhal, PA, 1997. (mimeo).

ESCOLA AGROTÉCNICA FEDERAL DE CASTANHAL. **Projeto do Curso Técnico em Agropecuária com Habilitação em Agropecuária, 2000** 20p. Castanhal, PA, 1997. (mimeo).

FANEP. Fundação Sócio-Ambiental do Nordeste Paraense; MDA. Ministério do Desenvolvimento Agrário; SDT. Secretaria de Desenvolvimento Territorial. **Diagnóstico e Planejamento de Desenvolvimento do Território Rural do Nordeste Paraense**. 134p, Capanema/PA: FANEP, 2006.

FANEP; MDA; SDT. **Diagnóstico e Planejamento de Desenvolvimento do território Rural do Nordeste Paraense**. Capanema: FANEP, 2006. 134 p. Segundo FANEP, MDA, SDT (2006)

FAUSTO, B. **História Concisa do Brasil**. São Paulo: Imprensa Oficial SP, EDUSP,2002.

FAVACHO, F. S.; DIAS M. G. R. **A educação profissional na Escola Agrotécnica Federal de Castanhal, Pará: do feitor de campo a perspectiva do técnico agroecologista.** in. Curso de Especialização do PROEJA no CEFET-PA. Em debate: experiências, estudos e propostas. Sonia de Fátima Rodrigues Santos et al (organizadores) 284p, Belém: CEFET-PA, 2008.

_____; SOUSA, R. da P. **A Formação Profissional de Técnico em Agropecuária com ênfase em Agroecologia:** Atualidades e Desafios da Escola Agrotécnica Federal de Castanhal - Pará. IN. Curso de Especialização do PROEJA no CEFET-PA. Estudos e propostas. 18 p, Belém: UFPA/NEAF/MAFDS, 2006.

FEITOSA, A. D. F. **A Trajetória do Ensino Agrícola no Brasil no Contexto do Capitalismo.** 2006. 178p. Dissertação de Mestrado apresentado ao Programa de Pós – Graduação da Universidade Fluminense, Rio de Janeiro: UFRJ, 2006.

FREIRE, J. C. S. **Juventude Ribeirinha:** identidade e cotidiano. 2002. 264f. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Pará.

FREIRE, P. **Ação Cultural para a Liberdade.** 6. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982. 149p.

FREIRE, P. **Extensão ou Comunicação?** 7 ed., Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983. 93p. (O Mundo, Hoje, v. 24)

FREIRE, P. **Pedagogia da Autonomia:** saberes necessários à prática educativa. 36 ed. São Paulo: Paz e Terra, 1996. 148p.

GODOY, A. **Introdução à Pesquisa Qualitativa e suas possibilidades,** In Revista de Administração de Empresas, v. 35, n.2, Mar./ Abr. 1995a, p. 57-63.

GODOY, A. **Pesquisa Qualitativa. Tipos Fundamentais,** In Revista de Administração de empresas, v. 35, n. 3, Maio./Jun. 1995b, p. 20-29.

GUANZIROLI, C. E.; CARDIN, S. E. de C. S. (Coord.). **Novo retrato da agricultura familiar no Brasil:** o Brasil redescoberto. Brasília: INCRA, 2000. 74p.

GUEDES, C. M. G. de; FERREIRA, R. L. C. O Novo desafio da ATER na Amazônia: estar junto com os novos protagonistas do desenvolvimento economicamente dinâmico e ambientalmente sustentável. In: MONTEIRO, D. M. C; MONTEIRO, M. A. **Desafios na Amazônia:** uma nova assistência técnica e extensão rural. Belém: UFPA/NAEA, 2006.

HALMENSCHLAGER, F. L. O Técnico da Nova ATER: **Uma Identidade Profissional em Construção.** O Caso da Mesorregião Sudeste do Pará.

HÉBETTE, J. Cruzando a fronteira: **30 Anos de Estudo do Campesinato na Amazônia.** Belém: EDUFPA, 2004.

HELFAND, S. M.; REZENDE, G. C. **Mudanças na distribuição espacial da produção de grãos, aves e suínos no Brasil:** o papel do Centro Oeste. Rio de Janeiro: IPEA, 1998.

HOMMA, A. K. **O Meio ambiente e desenvolvimento agrícola na Amazônia.** In: CONGRESSO BRASILEIRO DE FITOPATOLOGIA, 33. 2000.

HURTIENNE, T. P. Agricultura familiar e desenvolvimento rural sustentável na Amazônia. **Novos Cadernos NAEA,** Belém,.V. 8, n. 1, 71p. jun.2005. Disponível em:

<<http://www.periodicos.ufpa.br/index.php/ncn/article/view/47/42>>. Acesso em: (13 de set.2009).

IAAM/CERIS. **Relatório de Atividades de Campo**: diagnóstico socioeconômico e ambiental de comunidades rurais amazônicas. Castanhal, 2000. (Projeto, 012/2000-MIS).

IBGE. **Censo Agropecuário de 1995-1996**. Disponível em: < <http://www.ibge.gov.br>>. Acesso em: 04 out. 2009.

INCRA/FAO. **Novo retrato da agricultura familiar**. O Brasil redescoberto. Brasília, mar. 2000, 76p.

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO PARÁ – CAMPUS CASTANHAL. **Plano de Metas da Instituição: Organização Administrativa e Acadêmica para o Período de (2009 - 2013)**, 2009 5p. Castanhal,PA, 2009. (mimeo).

LAMARCHE, H. **A agricultura familiar**: comparação internacional. Campinas: Ed. Da UNICAMP, 1993. 336p.

MEDEIROS, L. & ESTERCI, N. Introdução. IN: MEDEIROS, L.; BARBOSA, M. V.; FRANCO, M. P.; ESTERCI, N.; LEITE, S. (Orgs.). **Assentamentos rurais**: uma visão multidisciplinar. São Paulo: EDUNESP, 1994.

MEDEIROS, L. S. de. **Reforma Agrária**: concepções, controvérsias e questões. Disponível em: <<http://www.Daterra.org.com.br>> Acesso em: 12 jan. 2009.

MENDONÇA, S. R. de. **Estado e Ensino Agrícola no Brasil: da Dimensão Escolar ao Extensionismo - Assistencialismo (1930-1950)**. <<http://www.alasru.org/cdaldasru2006/17GTSoniaMendonca.pdf>>. Acesso em: 12 de jan. 2009.

MENDONÇA, S. R. de. **Estado e Educação Rural no Brasil**: Alguns Escritos: Niterói, RJ: FAPERJ, 2007, 116p.

_____. **Conflitos Intraestatais e Políticas de Educação Agrícola no Brasil (1930-1950)**. Disponível em: <<http://www.e-revista.unioeste.br/index.php/temposhistoricos/article/.../1020>> Acesso em: 12 de jan. 2009.

NASCIMENTO, J. C. do. **Problemas de método nos estudos sobre o ensino agrícola e o processo civilizador**. Disponível em: <<http://www.fef.unicamp.br/sipc/anais8>>. Acesso em: 12 de jan. 2009.

NOSELLA, P. A escola brasileira no final de século: um balanço. In: FRIGOTTO, G. (Org.). **Educação e Crise do Trabalho**: perspectivas de final de século. Petrópolis, RJ: Vozes, 1998, p. 166-188.

OLIVEIRA, M. R. P. **Formar Cidadãos Úteis**: Patronatos Agrícolas e Infância Pobre na Primeira República. Bragança Paulista: Ed. Universidade São Francisco, 2003.

OLIVEIRA, G. I. da C. **De patronato agrícola à Escola Agrotécnica Federal de Castanhal**: o que a história do currículo revela sobre as mudanças e permanências no currículo de uma instituição de ensino técnico. Dissertação (Mestrado em Educação) Programa de Pós-Graduação em Educação – Universidade Federal do Pará, 2009. 360p.

OLIVEIRA, R. P. A Divisão de Tarefas na Educação Profissional Brasileira. In: **Cadernos de Pesquisa da Fundação Carlos Chagas**, n. 112, pp. 185-203, mar. 2001.

PARÁ. Decreto Lei nº. 1.957 de 17 de novembro de 1920, Autoriza o Governo do Estado a entrar em Acordo com o Governo Federal para a criação de um Patronato Agrícola neste Estado. In: **Colleção Leis do Estado do Pará**, Pará: 1920.

PATRÃO, C. N.; FERES, M. M. **Pesquisa nacional de egressos dos cursos técnicos da rede federal de educação profissional e tecnológica (2003 – 2007)**. Natal: IFRN, 2009.

PENTEADO, A. R. **Problemas de colonização e uso da terra na região Bragantina do estado do Pará**. Belém PA: UFPA, 1967.

PRODUTO interno bruto das cadeias produtivas da agricultura familiar. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2004. 32p. Disponível em: <http://www.mda.gov.br/PIB_Agricultura_Familiar.pdf>. Acesso em: 29 out. 2009.

RODIGHERI, J. A. **Carne Suína – Mercado Internacional**. Centro de Socioeconomia e Planejamento Agrícola - CEPA. Disponível em: <<http://cepa.epagri.sc.gov.br/>>. Acesso em: 09/10/2011.

ROMANELLI, O. **História da educação no Brasil**. Petrópolis: Vozes, 1991.

SANTOS, I. da S. F. dos; PRESTES, R. I.; VALE, A. M. do. BRASIL, 1930 - 1961: Escola Nova, LDB e Disputa entre Escola Pública e Escola Privada. **Revista HISTEDBR On-line**, Campinas, n.22, p.131-49, jun. 2006. Disponível em: <http://www.histedbr.fae.unicamp.br/revista/edicoes/22/art10_22.pdf>. Acesso em Nov. 2010.

SEVERINO, A. J. **Metodologia do Trabalho Científico**. São Paulo: Cortez, 2002.

SILVA, A. N. da. Técnico da COODERSUS, 2009. (*Comunicação pessoal*)

SOARES, A. M. D. **Formação de Técnicos em Agropecuária: currículos como instrumento de políticas públicas de regulação**. 27ª Reunião da Annped. Caxambu, 2004, GT: 09, Trabalho e Educação. Disponível em: <<http://www.anped.org.br/reunioes/27/gt09/t092.pdf>>. Acesso em Agost. 2009.

SOUSA, R. da P. **Granja Marathon: a luta pela terra e a organização do trabalho em um assentamento rural no Nordeste do Pará**. Belém: UFPA – Centro Agropecuário/Embrapa Amazônia oriental, 2002. Originalmente apresentada como dissertação de mestrado, Universidade Federal do Pará, 1986.

TALAMINI, D. J. D. **Evolução recente e perspectivas da suinocultura brasileira para 2005**. Concórdia SC: EMBRAPA Suínos e Aves, 2004. Disponível em: <www.cnpsa.embrapa.br>. Acesso em: 05 jan. 2007.

TEOFILO FILHO, F. E. A organização da produção: subordinação ou autogestão? In: ROMEIRO, Adhemar. et.al.. **Reforma Agrária: produção, emprego e renda, o relatório da FAO em debate**. Rio de Janeiro: Vozes, 1994.

VASCONCELOS, M. A. M. **Diagnóstico para o plano de desenvolvimento sustentável da paragonorte-2000 – 2005**. Belém: INCRA: FANEP, 2000.

VIEIRA, M. B. S.; TAVARES, D. S. M.; TEODORO, E. G. **Currículo integrado**: a proposta da Escola Agrotécnica Federal de Castanhal, Pará. In: Curso de Especialização do PROEJA no CEFET-PA. Estudos e propostas Belém: CEFET-PA. 284p, Belém/PA, 2008.

WANDERLEY, M. de N B. **Raízes históricas do campesinato brasileiro**. In: Anais do II Encontro de Pesquisa sobre a Questão Agrária nos Tabuleiros Costeiros de Sergipe: Agricultura Familiar em debate. Aracaju/SE: Embrapa, 1997.

YIN, R. K. **Estudo de caso**: planejamento e métodos. 2. ed. Porto Alegre: Bookman, 2001.

7 APÊNDICES

Apêndice I – Questionário

UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO AGRÍCOLA

Público Alvo: Técnicos em Agropecuária/Egressos da EAFC-PA

Este questionário é parte integrante da metodologia do projeto de mestrado em Educação Agrícola “*AVALIAÇÃO DO CONHECIMENTO SOBRE SUINOCULTURA PELOS EGRESSOS E POR TÉCNICOS DA EXTENSÃO RURAL E AGRICULTORES EM ASSENTAMENTOS RURAIS NO NORDESTE PARAENSE*” que tem como objetivo verificar quais conhecimentos os egressos da EAFC estão socializando com os agricultores na extensão rural a respeito da produção de suínos. Essa pesquisa também será útil para avaliarmos se os conhecimentos que você aprendeu no Curso Técnico em Agropecuária estão contribuindo para a melhoria da produção de suínos e difusão de tecnologias nos assentamentos rurais.

1 – INFORMAÇÃO PESSOAIS:

Nome:			
Endereço:			Nº
Complemento:	Bairro:	CEP:	Cidade/Estado:
E-mail:		Tel:	Cel:
Sexo: M () F ()	Data de Nascimento:	Naturalidade:	
Caso seja natural de outra Cidade ou Estado, há quanto tempo mora na atual?			

2 – FORMAÇÃO

Nível de Escolaridade:

- () Médio/Técnico Instituição onde concluiu o curso técnico: _____
- () Superior Curso: _____
- () Especialização
- () Mestrado
- () Doutorado

Tempo de formação como Técnico em Agropecuária: _____

Tempo que trabalha como Técnico em Agropecuária: _____

Cursos de qualificação na área agropecuária: _____

3 – ATIVIDADES PROFISSIONAIS

Em quais (empresas, instituições públicas, organizações não governamentais) já trabalhou?

Há quanto tempo trabalha na extensão rural?

Especificamente na área de Suinocultura que orientações têm dado aos pequenos agricultores com relação à Criação de Suínos?

4 – Esses conhecimentos melhoram o processo de criação de suínos em relação ao material genético, instalações e manejo adotado?

☐ Sim

☐ Não

Em caso afirmativo justifique:

5 – A assistência que você presta aos pequenos produtores tem melhorado a produção de suínos?

☐ Sim

☐ Não

6 – Os conhecimentos que aprendeu sobre suínos durante o tempo que estudou na EAFC estão contribuindo para o exercício de sua profissão como extensionista?

☐ Sim

☐ Não

7 – Do seu ponto de vista como Técnico em Agropecuária e exercendo a atividade de extensionista a sua relação com os produtores de suínos tem tido uma aprendizagem com eles?

☐ Sim

☐ Não

Se a afirmativa for verdadeira, quais foram estes conhecimentos?

8 – O tipo de criação adotado pelos produtores de suínos tem relação com o tamanho de sua propriedade?

☐ Sim

☐ Não

9 – A atividade de suínos explorada pelos produtores tem relação com iniciativa própria ou por influência dos órgãos de fomento?

☐ Sim

☐ Não

10 – Os criadores de suínos exercem esta atividade como complemento de sua renda familiar ou como atividade básica em sua propriedade?

☐ Sim

☐ Não

Apêndice II – Equipe Técnica

**COODERUS – COOPERATIVA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS EM APOIO AO
DESENVOLVIMENTO RURAL SUSTENTÁVEL**
**MUNICÍPIOS DE ATUAÇÃO: MÃE DO RIO, CAPITÃO POÇO, AURORA DO PARÁ E IPIXUNA DO
PARÁ**

NÚMERO E PROFISSÕES DA EQUIPE TÉCNICA E GERENCIAL ATUAL

Nº de Funcionários	Nome	Formação
1.	Agna Suely Silva Pinto	Serviço Social
2.	Antonio Marcos de Souza Sampaio	Técnico em Agropecuária
3.	Antonio Rone Alves da Costa	Técnico em Agropecuária
4.	Arthur David Pimentel Santana	Técnico em Agropecuária
5.	Cleyton Neder Matos da Silva	Engenheiro Florestal
6.	Denis Carlos Oliveira Sena	Técnico em Agropecuária
7.	Edivaldo Antonio Magalhães Nascimento	Economista
8.	Francisco Aldeon Alves da Costa	Técnico Agrícola
9.	Gabriel Ferreira	Técnico em Agropecuária
10.	Glauco dos Santos Carreira (Dir. Finan.)	Médica Veterinária
11.	José Guataçara Nascimento Queiroz	Técnico em Agropecuária
12.	Maria Ione Gonçalves Pereira	Pedagoga
13.	Patrícia Di Paula Santos Baia	Engenheira Ambiental
14.	Paulo David Rodrigues Santana	Engenheiro Agrônomo
15.	Walter Fernando Serra Messias	Técnico em Agropecuária
16.	Ana Paula da Cunha Gusmão	Serviço Social
17.	Aristóteles Nunes da Silva	Técnico Agrícola
18.	Eder Pereira da Costa	Técnico Agrícola
19.	Elizabeth Espinheiro Alli	Pedagoga
20. L	Elizeu de Sousa Reis	Técnico em Agropecuária
21.	Ellen Rose Costa de Paiva	Serviço Social
22.	Fátima Talya Mendes Nascimento	Técnico em Agropecuária
23.	Francisco Danilo de Aguiar Oliveira	Médico Veterinário
24.	Francisco de Assis da Silva Araújo	Técnico em Agropecuária
25.	Francisco Gleison Ferreira da Silva	Técnico em Agropecuária
26.	Herivan Kleubery Nunes da Silva	Técnico em Agropecuária
27.	José Aldo Lima de Almeida	Técnico em Agropecuária
28.	Joseane de Nazaré Amaral da Silva	Psicóloga
29.	Lena Flávia Pinto Garcia	Engenheira Florestal
30.	Marcello Ronaldo Di Paula Dias	Técnico em Agropecuária
31.	Márcio de Paulo Dias (Coord. Esc. Cent. Mãe do Rio)	Técnico em Agropecuária
32.	Milena Santos de Oliveira	Engenheiro Ambiental
33.	Ozias Ferreira Pedreira	Engenheiro Ambiental
34.	Paulo Henrique de Miranda Sabóia (Dir. Marketing)	Técnico em Agropecuária
35.	Admilson Oliveira Lima	Técnico em Agropecuária

36.	Rafael Neves de Oliveira	Técnico em Agropecuária
37.	Raimundo Walter de Oliveira	Técnico em Agropecuária
38.	Antonio Emerson Ferreira da Silva	Técnico em Agropecuária
39.	Rinaldo da Silva Neves	Economista
40.	Shirley Renata Neves de Oliveira	Médica Veterinária
41.	Telison Rosa da Silva	Engenheiro Agrônomo
42.	Thiago Pimentel Feitosa	Técnico Agrícola
43.	Wânia do Socorro dos Santos	Serviço Social
44.	Wirllen Bittencourt da Silva	Técnico Agrícola
45.	Cícero Barbosa Campos (Dir. Geral)	Técnico Agrícola

Apêndice III - Quantidade de PA'S ou Comunidades Atendidas Atualmente

Código de Projeto	Projeto de Assentamento	Município	Nº de Famílias	Território
PA 0287000	PA Diamantina II	Ipixuna do Pará	65	Cidadania
PA 0229000	PA Enalco	Ipixuna do Pará	443	Cidadania
PA 0068000	PA João Batista	Ipixuna do Pará	75	Cidadania
PA 0269000	PA Progresso	Ipixuna do Pará	88	Cidadania
PA 008000	PA Bom Jesus	Ipixuna do Pará	57	Cidadania
PA 0027000	PA União	Ipixuna do Pará	260	Cidadania
PA 0105000	PA Minas Pará	Ipixuna do Pará	280	Cidadania
PA 0168000	PA Candiru	Aurora do Pará	197	Nordeste Paraense
PA 0230000	PA Imperassu	Aurora do Pará	70	Nordeste Paraense
PA 0251000	PA Canaã	Capitão Poço	171	Nordeste Paraense
PA 0085000	PA Itabocal	Capitão Poço	568	Nordeste Paraense
PA 0256000	PA Nova Conquista	Capitão Poço	42	Nordeste Paraense
PA 0193000	PA Paranoá	Capitão Poço	292	Nordeste Paraense
PA 0180000	PA Rio Jabuti	Capitão Poço	590	Nordeste Paraense
PA 0254000	PA Timborana	Capitão Poço	121	Nordeste Paraense
PA 002800	PA São Pedro	Capitão Poço	185	Nordeste Paraense
PA 0194000	PA Água Azul	Capitão Poço	80	Nordeste Paraense
Total	17 PA's		3.584	